Jornal da unesp

Universidade Estadual Paulista
Outubro/87
Ano III - nº 20

Faculdade de Ciências Farmacêuticas
BIBLIOTECA
Araraquara

AVALIAÇÃO

Um encontro sobre avaliação da universidade mostrou as experiências do Japão, França, Inglaterra e Canadá.

Págs. 4 e 5

ESTATUTO

O reitor Jorge Nagle, na condição de membro do Conselho Universitário, apresentou ao colegiado uma proposta de estatuto para a UNESP. Nela, é contemplada tanto o caráter multicampus da Universidade como a sua descentralização administrativa, além de reafirmar o compromisso com o ensino público e gratuito, com a pesquisa e com a extensão de serviços.

Págs. 3 e 6

PIAP

O Grupo de Percussão do IAP vive mais um momento de glória: viaja para os EUA, onde faz uma série de apresentações.

Pág. 9

ENTREVISTA

A professora Cristina Diniz Mendonça Crema foi a Paris e entrevistou a reitora da Sorbonne, Hélène Ahrweiler. Pág. 7

JOGOS

Centenas de estudantes de todos os campus estarão em Jaboticabal entre os dias 30 deste mês e 2 de novembro. Eles participarão da fase final dos IV Jogos Universitários da UNESP. Xadrez, futebol de salão e de campo, basquete, vôlei, atletismo e natação são as modalidades em disputa. Nos III Jogos, realizados em 1985, o campeão geral foi o campus de Rio Claro.

CLÁUDIO ABRAMO

"O jornalismo é exercício diário da inteligência e a prática cotidiana do caráter", disse Cláudio Abramo, jornalista que faleceu no dia 14 de agosto. Vale a pena ler "Sem ar", na página 3.

VESTIBULAR

As inscrições para o vestibular-88 podem ser feitas no período de 5 a 23 deste mês. E o "Guia do Vestibulando" precisou de uma tiragem extra de mais 30 mil exemplares.

Pág.9

PESQUISADOR

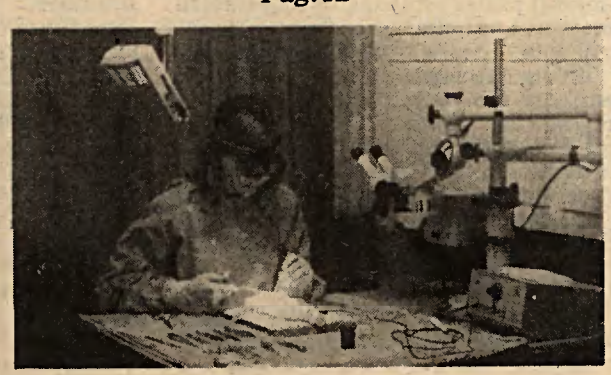
Acaba de ser criada uma nova carreira na Universidade: a de pesquisador. Segundo a proposta da reitoria, aprovada pelo Conselho Universitário, as Unidades poderão contratar profissionais especificamente para atuar na área de pesquisa. Os níveis salariais são equivalentes aos de MS-3 a MS-6.

Pág. 2

TRANSPLANTE

Uma equipe da Faculdade de Medicina caminha para a solução definitiva do diabetes: o transplante do pâncreas.

Pág.12



Criada carreira exclusiva para pesquisador

O Conselho Universitário aprovou, em reunião realizada no dia 24 de setembro, a proposta da reitoria de criação da carreira de pesquisador da UNESP. Ou seja, a Universidade poderá contratar pessoal para atividades de execução, orientação e coordenação de pesquisas, nas diferentes áreas do saber. Segundo a resolução 60/87, que regulamenta a nova medida, o pesquisador poderá também exercer funções de ensino, mas de preferência na pós-graduação ou na formação de novos pesquisadores.

A criação da carreira de pesquisador visa abrir a oportunidade de a UNESP poder contar também com profissionais capacitados e experientes mas que, até então, para ingressar na universidade, tinham que iniciar sua carreira como auxiliar de ensino, mesmo que seu grau de conhecimento, o seu domínio de um saber equivalesse a um doutor ou um livre docente.

Os pesquisadores serão contratados pela CLT e legislação complementar, em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP). A carreira de pesquisador será identificada por algarismos romanos, de I a IV, que correspondem, em termos salariais, a uma escala equivalente às funções docentes em RDIDP *(veja a tabela)*.

O ingresso na carreira poderá se dar em qualquer nível, de acordo com manifestação da CPRT e aprovação do reitor, exigências também necessárias à mudança para o nível imediatamente superior, obedecidos os interstícios de três anos nas classes I e II e de quatro na classe III.

PESQUISADOR		DOCENTE	
Denominação na Função	*Referência*	*Denominação na Função*	*Referência*
Pesquisador I	P — 1	Professor Assistente Doutor	MS — 3
Pesquisador II	P — 2	Professor Livre-Docente	MS — 4
Pesquisador III	P — 3	Professor Adjunto	MS — 5
Pesquisador IV	P — 4	Professor Titular	MS — 6

O reitor Jorge Nagle deu posse aos novos membros da CPRT

CPRT já conta com 13 membros

Desde o dia 23 de setembro, a Comissão Permanente de Regime de Trabalho (CPRT) conta com seis novos membros, dois em caráter de substituição e quatro de ampliação. Esse aumento no número de membros, de 9 para 13, foi autorizado pelo Decreto 27.332, de 4 de setembro, e se deveu basicamente ao crescimento da UNESP.

Criada em setembro de 77, a CPRT da UNESP sempre contou com nove membros, designados pelo reitor para seu assessoramento quanto aos processos dos docentes em regimes especiais de trabalho, ou seja, a CPRT regulamenta, orienta e acompanha as atividades de docência, pesquisa e atendimento à comunidade dos professores em RDIDP (Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa) e RTC (Regime de Turno Completo). Cada membro é responsável pela emissão de pareceres sobre os processos de docentes de sua área de atuação.

MAIOR ATUAÇÃO

Com o aumento no número de cursos, e conseqüente acréscimo de áreas abrangidas e crescimento do quadro docente, tornou-se necessária a ampliação do número de membros da Comissão, uma vez que chegam a ser analisados por ano cerca de 2.500 processos. Além disso, o reitor Jorge Nagle ressaltou, por ocasião da posse dos novos membros, que "a ampliação visa também aumentar a atuação da Comissão e, ao mesmo tempo, dar condições de avaliar melhor casos mais específicos".

O reitor lembrou também que, no ano passado, em algumas áreas, 80% dos recursos da Fapesp ficaram imobilizados porque as áreas não apresentaram pedidos. "A CPRT — afirmou — deve encontrar uma forma de auxiliar os docentes, que muitas vezes não sabem como proceder, principalmente no caso de recém-admitidos".

Para permitir que os membros possam desempenhar melhor esse papel de coordenação e incentivo à pesquisa, especialmente na área tecnológica — onde a UNESP, segundo o reitor, deve se preocupar mais — Jorge Nagle sugeriu que é chegada a hora dos membros contarem com assessores, de modo que sua carga de trabalho diminua e os esforços sejam canalizados para essas novas diretrizes.

A atual Comissão Permanente de Regime de Trabalho é composta por Mario Rubens Guimarães Montenegro, FM-Botucatu (presidente); Paulo Cesar Corsini, FCAV-Jaboticabal (vice-presidente); Antonio Evaldo Klar, FCA — Botucatu; Celso Abade Mourão (*), IBILCE—São José do Rio Preto; Egberto Vanna (*), FE-Guaratinguetá; José Ênio Casalecchi (*), ILCSE-Araraquara; Manoel Dias Martins, ILHP-Assis; Marco Aurélio Farias de Oliveira, IGCE-Rio Claro; Maria Cecília de Oliveira Micotti (*), IB-Rio Claro; Mauro Airton Rulli, FO-Araçatuba; Pedro Henrique Godinho (*), ILHP-Assis; Jean Pierre Gastmans, IQ-Araraquara; Wagner Lavezzo (*), FMVZ-Botucatu.

CÂMARAS CENTRAIS

Os membros das Câmaras Centrais de Graduação, de Pós-Graduação e Pesquisa e de Extensão de Serviços à Comunidade iniciam também, a partir do dia 23 de outubro, novo mandato. O reitor optou pela recondução da maioria, até a redefinição do Estatuto. As Câmaras são compostas pelos seguintes docentes:

CÂMARA CENTRAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA: *Titulares:* Antônio Manoel dos Santos Silva, IBILCE-São José do Rio Preto; Antonio Carlos Massabni, IQ-Araraquara; Fernando Mendes Pereira, FCAV-Jaboticabal; José Ribeiro Júnior, ILHP-Assis; Welington Dinelli, FO-Araraquara; Augusto Brandão D'Oliveira, FE–Guaratinguetá; Paulo Iamaguti, FMVZ-Botucatu. *Suplentes:* Marco Aurélio Farias de Oliveira, IGCE-Rio Claro; Wilhan Jorge (*), IBBMA-Botucatu; Francisco Humberto de Abreu Maffei (*), FM-Botucatu; Sérgio Nereu Pagano (*), IB-Rio Claro.

CÂMARA CENTRAL DE GRADUAÇÃO: *Titulares:* Antônio César Perri de Carvalho, FO-Araçatuba; Alda Junqueira Marin, ILCSE-Araraquara; Carlos Erivany Fantinatti, ILHP-Assis; José Roberto Ruggiero, IBILCE-São José do Rio Preto; Raquel Volpato Serbino, IBBMA-Botucatu; Francisco Miguel Belda Neto, FCF-Araraquara; César Basta, FE-Guaratinguetá, *Suplentes:* Maria Neysa Silva Stort (*), IB-Rio Claro; Maria Aparecida Mourão Brasil (*), FCA-Botucatu; Teresa Marini (*), IPEA-Presidente Prudente; Maria de Lourdes Morales Horiguela (*), FEFCSD-Marília.

CÂMARA DE EXTENSÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE: *Titulares:* Cid Figueiredo, FMVZ-Botucatu; Deise Pasetto Falcão, FCF—Araraquara; Jaciro Campante Patrício, FHDSS-Franca; Maria Helena Rocha Antuniazzi (*), FCA-Botucatu; Luiz de Souza Correa, CISA; Rogério Lacaz Netto, FO-São José dos Campos; Dinah Borges de Almeida, FM-Botucatu. *Suplentes:* Luiz Geraldo Toledo Machado, IAP-São Paulo; Valdemar Tadeu Volet (*), ILCSE-Araraquara; José Arana Varela (*), IQ-Araraquara.

(*): novos membros

Aprovados novos cursos no IAP, IQ e FCAV

No próximo ano, o IAP — Instituto de Artes do Planalto terá um novo curso de instrumento: violão, com dez vagas e duração prevista para quatro anos. A criação já foi aprovada pelo Conselho Universitário e entrará no vestibular de 1988. O novo curso será ministrado em nível de bacharelado e se soma às demais dez habilitações em instrumento oferecidas pelo IAP: oboé, piano, órgão, viola, violoncelo, violino, contrabaixo, flauta, clarineta e percussão.

DOUTORADO NO IQ

Desde agosto último o Instituto de Química, campus de Araraquara, conta com mais um curso de pós-graduação em nível de doutorado: o de Química Inorgânica, que já existia em nível de mestrado desde 1978. Química Analítica, também em mestrado e doutorado, é a outra área de pós do IQ.

Para o professor Antônio Carlos Massabine, "a formação de doutores em Química Inorgânica é de extrema importância para o desenvolvimento do país". Existem apenas três cursos e "a demanda é muito grande" justifica.

AGRONOMIA

Está autorizado o funcionamento "interna corporis" de uma nova área de concentração no curso de pós-graduação em Agronomia da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal. Trata-se de "Entomologia Agrícola", em nível de mestrado, que terá início em março do ano que vem e oferecerá, inicialmente, seis vagas.

Anote

J. REIS. As inscrições para o Prêmio José Reis de Divulgação Científica-1987, concedido anualmente pelo CNPq, deverão ser encaminhadas até 30 de novembro à Secretaria Executiva do prêmio: SEPN 507 Bloco B — 2º andar — 70740 — Brasília-DF. São três as modalidades: Divulgação Científica, Jornalismo Científico e Instituição.

JORNADA. O Centro de Estudos, Assessoria e Orientação Educativa "Dante Moreira Leite", do ILCSE-Araraquara, irá realizar, de 10 a 13 de novembro, a Jornada "Saúde e Educação". As sessões serão sempre às 19:30 horas, no Anfiteatro A do Instituto. Os participantes serão professores da Unidade e convidados de outras Universidades.

unesp

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Reitoria: Praça da Sé, 108 — Cep 01001 — São Paulo, SP

Campus Universitários: Araçatuba, Araraquara, Assis, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.

Outra Unidade: Instituto de Física Teórica (São Paulo)

Autarquia vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Faculdade de Tecnologia — FATEC — de Americana, Baixada Santista, São Paulo e Sorocaba).

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Reitor: Jorge Nagle

Vice-Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Diretores das Unidades Universitárias: Acy Lima de Castro, Alfredo João Rabaçal, Alvanir de Figueiredo, Antenor Araújo, Antonio Christofoletti, Antonio Espada Filho, Antonio Gilberto F. Fernandes, Antonio Quelce Salgado, Carlos Landucci, Carminda da Cruz Landim, Fernando Mesquita Lara, Joji Arikl, José Ruy Ribeiro, Lourival Larini, Manoel Lelo Belotto, Marcos Alegre, Neivo Luiz Zorzetto, Nilo Odália, Ricardo Antonio de Arruda Veiga, Waldemar Saffioti, Waldir Gandolfi e William Saad Hossne.

Representantes Docentes: Jehud Bortolozzi, José Maria Menezes Campos, Manoel Dias Martins, Manoel Molina Ortega (titulares); Erler Schall Amorim, Gildo Matheus, Márcio Rubens Graf Kuchembuck e Tereza Correa Carlota (adjuntos); Carlos Erivany Fantinati, Gerson Munhoz dos Santos, José Guimarães Mello, Luis Antônio Toledo e Manoel Victor Franco Lemos (assistentes doutores); Dib Gebara, Fernando Dagnoni Prado, Hamilton da Rosa Pereira, Márcio Antônio Teixeira e Reynuncio Napoleão de Lima (assistentes); Alfredo Alcântara Barreto, Antônio Kimaid, Arlêta Zelante Maryssael de Campos, Carlos Augusto Moraes e Araujo e Ronele Maria de Souza Pina (auxiliares de ensino).

Representantes técnico-administrativos: Airton Camplesi, Alberto Ney Freitas Simas, Benedito Carlos Piveta, Djalma Cordeiro da Silva, Francisco Inácio Pinheiro, José Firmino Pereira da Silva, Luiz Gonçalves Rodrigues, Mário Yuklyasu, Nivaldo Edson de Mello, Reinaldo Teixeira de Oliveira e Sergio Grosso.

FAESP: Misael de Tulio

FIESP: Carlos Eduardo Uchôa

FCESP: Abram Szajman

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura. Endereço: Praça da Sé, 108, 4º andar (CEP 01001), São Paulo, SP. Telefones: 32-7755 e 32-7757.

Redação: José Roberto Ferreira (MT-17.039) — editor; Adriana Machado, José Antonio Dahwache e Katia Salsi.

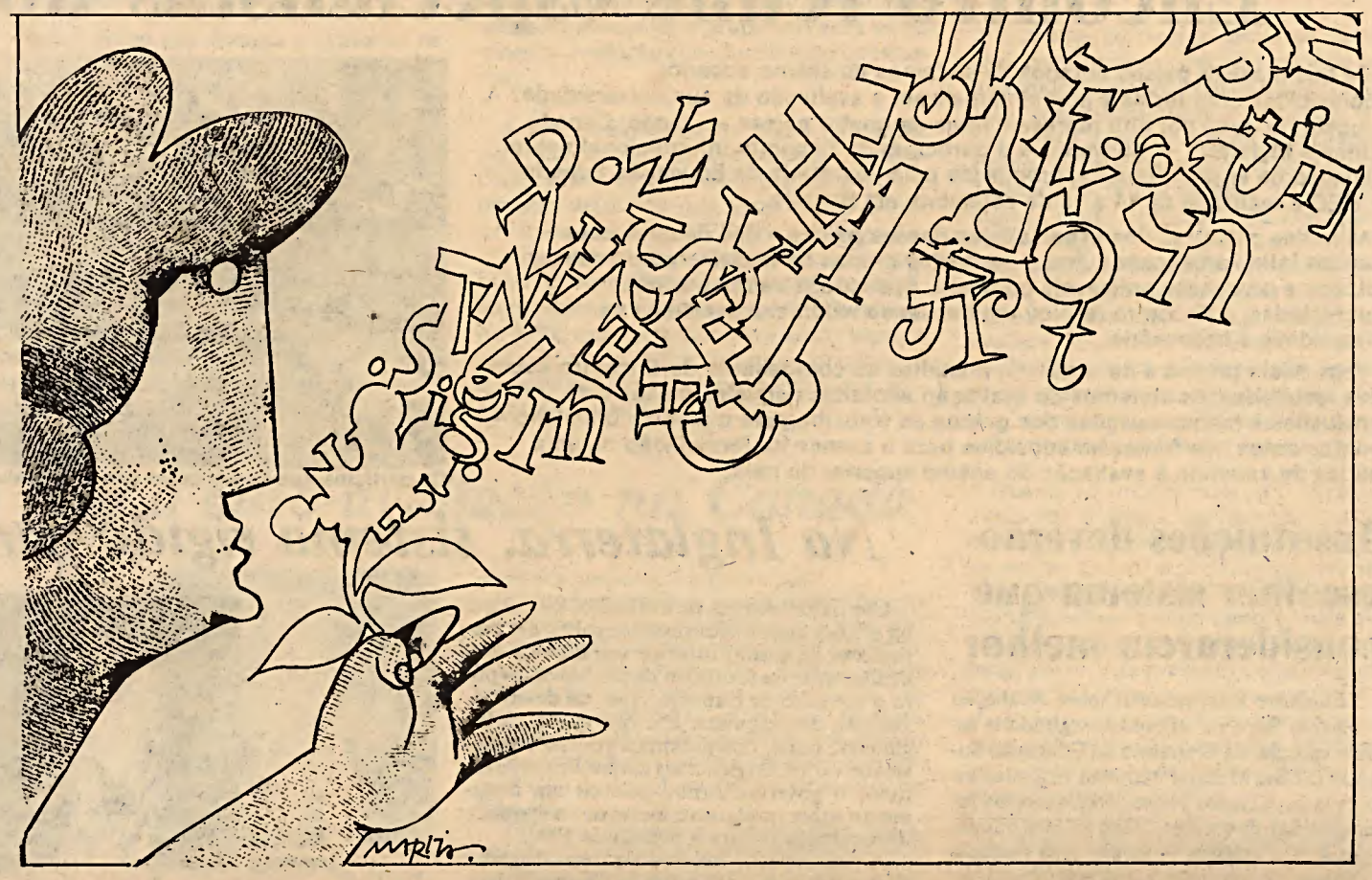
Arte: Celso Pupo

Tiragem: 15.700 exemplares

Composição e impressão: Cia. Editora Jornes, Rua Arthur de Azevedo, 1977 — São Paulo, SP.

A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.

Estatuto e Regimento Geral: compromissos



Na última reunião do Conselho Universitário da UNESP, iniciou-se uma discussão geral sobre o projeto substitutivo do Estatuto e Regimento Geral, encaminhados pela Reitoria e acompanhados da respectiva Indicação. **(veja pág. 6)**.

A apresentação do projeto substitutivo tornou-se imperiosa, por vários motivos: a) o Estatuto e Regimento Geral, ainda vigentes, vêm sofrendo várias alterações parciais, porém substantivas. Assim sendo, já não possuem mais perfil definido, pois neles misturam-se normas que se fundamentam em concepções conflitivas sobre Universidade; b) o ante-projeto de Estatuto originado do Congresso de Reestruturação, ao lado de ressaltar a importância ou a quase exclusividade de determinados temas, especificamente o da chamada estrutura do poder, não contemplou outros de fundamental significado para a UNESP, enquanto Universidade pública e gratuita, de um lado, e enquanto Universidade multicampus, de outro. Em resumo, estamos diante de uma situação em que se identifica a ausência de articulação de um todo normativo para definir um novo código de convivência universitária.

Diante da fragmentação e da segmentação existentes, e da necessidade de possuirmos um instrumento legal internamente coerente e atualizado, e que tenha como fonte uma prévia concepção de Universidade, não nos restou outra alternativa: elaborar um projeto substitutivo.

Tal projeto tem como ponto de partida favorecer o desenvolvimento de condições próprias para que se sedimentem aquelas finalidades que representaram, historicamente, os elementos fundadores da Universidade: expandir os limites do saber, estimulando a reflexão crítica, preservando a cultura e a identidade nacionais, visando, permanentemente, a qualidade de vida.

É nesse contexto que a UNESP se esforçará no sentido de aperfeiçoar o ensino, desenvolver a pesquisa e sedimentar a extensão dos serviços à comunidade, considerados como objetivos ou como meios para alcançar aquelas finalidades. Por sua vez, são concebidos como fatores condicionantes processos como o da descentralização e da participação.

Foi com esse novo quadro de referências que julgamos indispensável propor um substitutivo, que deveria conter, ainda, outras diretrizes básicas. De um lado, estabelecer condições estruturais que forneçam uma certa arquitetura normativa para contemplar uma das características singulares da nossa Universidade, a saber, sua formação multicampus, pois está distribuída pelas regiões do Estado. De outro lado, associar a realidade hoje existente com o seu futuro desenvolvimento, do que decorre a estimulação para que se formem núcleos universitários no interior da UNESP; núcleos esses que implicam tanto em articular unidades universitárias próximas como em maior autonomia executiva e deliberativa. Paralelamente a isso tudo, existe o firme propósito de eliminar os traços ainda presentes de universidade conglomerada, que dificultam a existência de convivência universitária enriquecedora. Enfim, estamos também preocupados em prosseguir na tarefa da transformação da UNESP numa Universidade integrada, multifuncional e atuante, ágil e moderna, o que significa perseverar no combate pelo melhor ensino público e gratuito — ensino público e gratuito que continua representando o alvo maior de toda a nossa luta, de conteúdo inegavelmente democrático.

Com essa orientação geral, básica, não era possível continuar aceitando o Estatuto e o Regimento Geral que deram origem à nossa Universidade, uma vez que foram elaborados para uma situação que já não é mais a mesma. Nem é recomendável continuar com os atualmente vigentes, porque apesar das alterações introduzidas, ainda não atendem aos reclamos de uma Universidade desejada e desejável. Por sua vez, o projeto de Estatuto sugerido pelo Congresso de Reestruturação contém inúmeras lacunas, talvez a principal delas consistindo em modificações efetuadas por meio de um, muitas vezes, mecânico paralelismo com o texto legal então em vigor. Com isso, queremos dizer que, com tal projeto, não conseguimos desmontar a estrutura básica do Estatuto e Regimento Geral primitivos, tão combatidos desde 1976. É importante recordar, contudo, que inúmeras sugestões do denominado projeto da comunidade foram efetivadas por deliberações do Conselho Universitário, e muitas outras estão sendo atendidas pelo projeto substitutivo apresentado pela Reitoria.

A partir de agora, a expectativa é a de que o Conselho Universitário aprimore o substitutivo nos seus diferentes aspectos, contribuindo, dessa forma, para que a UNESP possa cumprir, cada vez melhor, o papel de Universidade pública e gratuita, neste Estado, e, bem assim, no sistema universitário brasileiro.

"Sem ar"

Transcrevemos abaixo um texto do jornalista Cláudio Abramo, falecido no dia 14 de agosto último. Ao publicarmos "Sem ar", originariamente inserido na edição de 7 de agosto da Folha de S. Paulo, queremos prestar uma homenagem a Cláudio Abramo e, ao mesmo tempo, chamar a atenção para a validade e oportunidade, em boa medida, das palavras do jornalista se as quisermos transpor para a realidade da universidade nos dias de hoje.

1. Se alguém se desse ao trabalho de contar os adeptos desprendidos e declaradamente desinteressados na sobrevivência disto que se chama, ironicamente, de Nova República, acabaria chegando à desoladora conclusão de que talvez não conseguisse passar, e com muito esforço, da primeira dezena. Nem há muita gente interessada na sua sobrevivência nem há, ao mesmo tempo, um contigente significativo de pessoas com alguma informação e um certo tipo de formação intelectual que não se sinta irresistivelmente repelido pela idéia de fazer suas idéias e suas concepções se assemelharem ao que pode representar o atual regime precariamente mantido.

2. Aparentemente só estão interessados na manutenção do atual quadro aqueles poucos líderes políticos com alguma possibilidade de se elegerem, de presidente da República a vereador, o que engloba muita gente mas não se pode dizer que desinteressadamente. Ou seja, a noção da defesa de um regime, de um arranjo de coisas, foi substituída pelo cálculo da defesa de interesses muito específicos.

3. Certamente não se encontrarão da mesma forma muitos jovens, que são, até aviso em contrário, os membros mais generosos da sociedade, dispostos a "vivre pour la democracie"; esta não só não é compreendida senão por pouquíssimas pessoas, como, na prática e em princípio, não tem igualmente defensores. Ao contrário, vastos setores da direita, da extrema direita, conservadores, liberais de direita, extrema esquerda, esquerda, racionalistas e maquiavélicos, cínicos e niilistas, céticos e aventureiros, desengajados e desligados, trabalham conjuntamente para a desmoralização generalizada, sem fazer na realidade qualquer esforço para entender, não já, o quadro político e a conjuntura, mas para ter alguma idéia, mesmo vaga, do seu próprio papel. A sociedade contemporânea brasileira está se suicidando sem saber: está aspirando o gás mefítico de seu próprio despreparo político e o oxigênio está acabando.

AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Encontro reúne especialistas do Exterior

De que maneira países dotados de sistemas de ensino superior reconhecidamente fortes e atuantes realizam a avaliação da sua universidade? A resposta foi dada por oito representantes de quatro países — Japão, Canadá, França e Inglaterra — convidados a participar do Encontro Internacional sobre avaliação do ensino superior, promovido pela Secretaria de Educação Superior do MEC e realizado de 14 a 18 de setembro, em Brasília.

Além das palestras dos especialistas desses países e dos debates com técnicos latino-americanos, foram formados grupos de trabalho para analisar métodos e processos aplicáveis no Brasil. Apesar das várias posições manifestadas, o Encontro revelou um consenso mínimo: a avaliação da universidade é necessária.

Veja, nesta página e na seguinte, a análise do coordenador do Encontro sobre seus resultados, os sistemas de avaliação adotados naqueles países e as conclusões e recomendações dos grupos de trabalho para o modelo brasileiro — apontamentos que fornecem subsídios para o avanço na formulação de uma política de estímulo à avaliação do ensino superior do país.

Os participantes do Encontro são a favor da avaliação do ensino superior

Instituições deverão escolher sistema que considerarem melhor

O Encontro Internacional sobre Avaliação do Ensino Superior apontou, segundo o assessor especial da Secretaria da Educação Superior (SESu/MEC) e também organizador do evento, Cláudio Neiva, três aspectos resultados das discussões. "Em primeiro lugar — explica o assessor — houve uma reversão do quadro de oposição à avaliação, com o reconhecimento total da comunidade universitária, pelo menos daquela parcela representada no Encontro, quanto à necessidade e importância de um processo avaliativo como instrumento de evolução do ensino, pesquisa e extensão da universidade".

Mesmo com a total aceitação da avaliação, Claudio Neiva lembra que outro aspecto revelado nos debates é que "há ainda um temor de que os resultados da avaliação sejam utilizados de forma indevida, como para alocação de recursos", e daí o consenso de que a avaliação deva ser conduzida com idoneidade e independência.

Outro aspecto apontado pelo assessor foi o reconhecimento do MEC como agência de fomento e apoio para a avaliação das universidades, independentemente da forma como cada instituição adotará sua própria avaliação. Cláudio explica que "caberá a cada instituição optar sobre a condução de seu processo avaliativo". Ou seja, se ela vai se valer somente do pessoal da casa ou se procurará incluir outros agentes da sociedade, com entidades de classe por exemplo.

No balanço geral, o saldo principal é que foram ultrapassadas as questões de caráter teórico e filosófico, com o reconhecimento da necessidade da avaliação ser implantada gradualmente, de modo que tanto a comunidade acadêmica como a sociedade em geral participem do processo de conhecimento e reconhecimento da universidade, com o objetivo de auxiliar na formulação ou reformulação de políticas públicas para o ensino superior.

"Ultrapassada essa etapa de discussão sobre questões de concepção — afirma o assessor da SESu — o próximo passo será o aprofundamento do debate em torno de questões práticas, de caráter operacional, como o levantamento das prioridades dos estabelecimentos, elaboração de projetos propriamente ditos e estimativa das necessidades de apoio técnico e financeiro para sua consecução". Para tanto, já está prevista a realização de seis seminários regionais — em substituição a um de caráter nacional, que seria realizado em novembro — onde o debate terá continuidade. O primeiro deles deverá ser realizado este mês no Rio de Janeiro.

Na Inglaterra, sistema rígido garante desempenho

Um rígido sistema de avaliação, que existe há setenta anos e efetivamente cobra das instituições de ensino superior um bom desempenho, quer na formação de profissionais para o mercado de trabalho, quer no desenvolvimento de pesquisas. É o que existe na Inglaterra, onde, nos próximos anos, a universidade vai ser exigida mais ainda. Em abril último, o governo tornou público um documento sobre os planos e metas de sua política universitária já para a década de 1990.

A preocupação maior do governo inglês é fazer com que a universidade dê uma contribuição decisiva para a manutenção do país enquanto potência mundial. O documento, assinado pelo Secretário de Estado da Educação e Ciência da Inglaterra, do País de Gales, da Escócia e da Irlanda do Norte, informa que ocorrerão mudanças nos organismos que administram o sistema de ensino superior, prevê um maior número de alunos, antecipa que a educação superior deverá "servir a economia mais eficientemente" e preserva a avaliação como medida para aferição da qualidade e da eficiência.

O ex-diretor do Departamento de Educação e Ciência da Inglaterra, Richard Jameson, informou no seminário de Brasília que, para o governo de seu país, "a edução superior tem um papel crucial, que é auxiliar a nação a encontrar- se com os desafios econômicos e sociais da década final deste século e além dele".

Richard Jameson

EXPERIÊNCIA

A avaliação na Inglaterra é feita por comitês mistos que reúnem professores e empresários, notadamente industriais (estes terão um papel ainda mais amplo na gestão dos organismos que administram o ensino superior, a partir dos próximos anos) e que a cada cinco anos observa e interfere no desempenho dos cursos de graduação das instituições públicas. Se um curso não for considerado satisfatório, corre o risco de ser fechado, segundo informou Richard Jameson. E o governo federal tem poder para tanto, pois é ele, através do Secretário de Estado da Educação e Ciência, que administra os US$ 6 bilhões destinados anualmente para o ensino superior.

Na Inglaterra existem hoje quarenta universidades públicas, que funcionam a partir de uma "autorização real". Elas são mantidas basicamente pelo governo central e recebem verbas de conselhos de pesquisa e do setor industrial. Existem trinta escolas politécnicas, mantidas com fundos do governo central e com parte dos impostos sobre a propriedade arrecadados pelos governos regionais. Há, ainda, algumas poucas faculdades isoladas, também mantidas pelo governo central.

Segundo o professor Alan Hibbert, do Conselho Nacional de Aporte de Recursos Acadêmicos, a avaliação em seu país procura aferir basicamente o nível dos formandos e os resultados das pesquisas. Ressaltando a experiência bastante razoável acumulada ao longo de setenta anos de avaliação e de controle da qualidade do ensino universitário, Alan Hibbert informou que é checada até mesmo a facilidade (ou não) com que os formandos dos cursos de graduação se inserem no mercado de trabalho.

E, dentro dos planos de engajar ainda mais a universidade nos interesses nacionais, o governo está interessado em começar a desenvolver a auto-avaliação. Ele quer, com isso, dar mais responsabilidade às instituições de ensino superior em termos da manutenção de seus padrões de qualidade e desempenho.

França quer eficácia pedagógica e criatividade

Embora tenha sido criado há apenas 19 anos, quando a universidade única da França foi dividida em várias instituições pela lei de orientação do ensino, o processo de avaliação do ensino superior francês é conduzido pelo Comitê Nacional de Avaliação, que não tem poder de decisão e não participa da repartição e da alocação dos recursos financeiros destinados ao ensino. Todo o seu trabalho está voltado para avaliar a política de cada instituição, suas fraquezas e conquistas, buscando mensurar seus resultados e ambições.

A informação foi transmitida pelo professor honorário da Universidade de Paris e membro da Academia Francesa de Medicina, Gabriel Richet, que veio ao Brasil na qualidade de representante do Comitê Nacional de Avaliação. Segundo o professor, o Comitê é completamente independente do controle governamental e presta conta, apenas, ao Presidente da República por meio de relatório anual, que é publicado mas não gera obrigações para as instituições de ensino superior do país.

Segundo Richet, quando da edição da lei, em 1986, já estava previsto um sistema de avaliação para evitar possíveis distorções provenientes da divisão da única universidade francesa em várias instituições. Uma nova lei adotada em 1984 decidiu pela avaliação como instrumento de governo e, por um decreto promulgado em 1985, foi criado o Comitê Nacional de Avaliação das instituições de ensino público.

Outra característica marcante da universidade francesa é que a sua autonomia é bastante relativa, porque, depois de dois séculos de centralismo, os 19 anos de "independência" e divisão da universidade única não foram suficientes para apagar a concentração de comando.

De acordo com o relato de Gabriel Richet, a pesquisa universitária goza de grande independência, tendo como principais financiadores o Centro Nacional de Pesquisa Científica e o Instituto Nacional de Pesquisa Médica, além de outras instituições que mantêm programas de pesquisa pela contratação de pesquisadores que são mantidos dentro das universidades.

Gabriel Richet afirmou ainda que 1% do PIB é investido no ensino superior e que a pesquisa fundamental do país é feita dentro das universidades. Segundo ele, o Comitê Nacional de Avaliação, criado em 1985, tem na presidência um cientista de renome internacional, assessorado por 15 pesquisadores e três altos funcionários de reconhecidos méritos. Toda a estrutura de pessoal e financeira do Comitê é mantida pelo Ministério da Educação francês, embora mantenha uma independência total do governo, sendo que o trabalho dos membros do Comitê não é remunerado.

Richet explicou que a ação do Comitê não avalia pessoas ou a atividade que elas desenvolvem, não sendo uma simples inspeção orientada para o controle administrativo e financeiro, não buscando a aferição dos programas de ensino profissional. A missão essencial do Comitê é estudar o produto final da universidade, buscando identificar a eficácia pedagógica e a criatividade dos departamentos e das instituições universitárias.

O representante francês destacou ainda que o Comitê Nacional de Avaliação se preocupa em avaliar o conjunto da universidade, com suas conexões ou inter-relações disciplinares, e a inserção do ensino e da pesquisa na vida da região onde a instituição está localizada. Busca também verificar a adaptação dos profissionais formados no mercado de trabalho e o poder que a universidade tem de atrair estudantes de outra região do país e do estrangeiro e, ainda, o relacionamento com outras universidades, sem esquecer a qualidade da vida dentro das instituições. (transcrito do "Jornal do Brasil", 25/09/87, pág. 13).

Resultados não devem determinar recursos

Após as palestras técnicas dos especialistas da Inglaterra, França, Canadá e Japão, sobre a experiência de seus países no processo de avaliação, foram constituídos quatro grupos de trabalho encarregados de aprofundar as discusões sobre os seguintes temas: avaliação de sistemas de educaçao superior, avaliação de desempenho de instituições de ensino superior, avaliação da qualidade do ensino (cursos/carreiras) e conseqüências e impacto da avaliação.

Um ponto em comum transpareceu nos quatro relatórios: a avaliação da universidade é uma necessidade inadiável apesar das inúmeras controvérsias quanto ao fato de poder vir a ser um instrumento de poder — na alocação de recursos, por exemplo — ou mesmo como se daria o processos (externa ou internamente à universidade).

Para o grupo que discutiu a avaliação de sistemas, ainda é prematura a formulação de aportes conclusivos, ao mesmo tempo em que reconhece como imperativa a atuação do Estado e da sociedade para assegurar a qualidade das instituições. De qualquer maneira, a avaliação deve ser flexível e diversificada para poder abranger a complexidade da estrutura do ensino no Brasil.

O grupo concluiu que o atual sistema de autorização e reconhecimento dos cursos é ineficiente e deve ser alterado, levando-se em conta essa complexidade e a legitimidade dos órgãos avaliadores. Recomenda a auto-avaliação, que pode incluir a participação externa (ao MEC caberia promover todas as formas de auto-avaliação). Pelo menos nesse primeiro momento, o grupo não acha viável vincular avaliação com distribuição de recursos.

A auto-avaliação como ponto de partida para um processo de avaliação das instituições, a ser desenvolvido gradualmente, é também defendida pelo grupo de avaliação de desempenho das IES. Para esse grupo, não deve haver um modelo pré-definido, para que possam surgir diversas experiências diferenciadas que dariam origem a modelos. Ao MEC caberia o papel de oferecer suporte material e técnico que permita justamente o intercâmbio das várias experiências em processo de avaliação.

COM BASE NO MODELO INGLÊS

A análise do terceiro grupo de trabalho, além de reforçar as posições anteriores quanto à importância da avaliação e do papel do MEC como incentivador do processo, levantou outros aspectos quanto à avaliação do ensino, na perspectiva dos cursos e carreiras, baseando-se principalmente na experiência inglesa, onde o enfoque é na avaliação dos cursos. Segundo esse grupo, caberia às universidades a definição das áreas a serem avaliadas, bem como a fixação dos critérios indicadores. Além disso, o grupo defende que a avaliação do ensino deva assegurar também a avaliação de outras atividades como a pesquisa e a extensão e recomenda que seus resultados sejam amplamente divulgados para conhecimento da sociedade.

Quanto às conseqüências e o impacto da avaliação, o grupo que debateu o assunto considera que deve ser refreada qualquer pretensão de, a curto e médio prazo, utilizar os resultados de um sistema novo e global de avaliação como critério também para alocação de recursos. Reconhece, porém, que, a longo prazo, esta avaliação possa ser gradativa e voluntariamente utilizada nessa direção. Para tanto, é necessária absoluta desvinculação e independência dos órgãos de avaliação em relação aos órgãos responsáveis pela alocação de recursos.

O grupo recomenda que, para obter a credibilidade necessária ao sistema de avaliação, o processo seja iniciado imediatamente, de modo que a legitimidade seja obtida gradativamente pela própria dinâmica de trabalho.

EFEITOS DA AVALIAÇÃO

Quanto aos efeitos externos que a avaliação poderia causar às instituições de ensino superior, o grupo considera que um sistema de avaliação permanente se impõe como um processo de controle, não burocrático, pela sociedade, dos recursos públicos aplicados, o que, na verdade, representaria uma maior autonomia da universidade em relação ao Estado. As informações resultantes da avaliação permitiriam também que políticas fossem implementadas com maiores chances de sucesso e que outros setores da sociedade, como a indústria, por exemplo, se envolvessem na questão, possibilitando maior intercâmbio com o sistema de ensino superior. Além disso a transparência das avaliações teria, na área profissional, um efeito benéfico junto aos empregadores, podendo ser, desta forma, um estímulo para a melhoria da qualidade de ensino.

O grupo acredita que estas informações serão de grande valia para os estudantes e postulantes ao ensino superior, uma vez que tais resultados oferecerão subsídios para uma melhor escolha do curso e da instituição.

Com relação aos efeitos internos às instituições, o grupo acredita que o auto-conhecimento proporcionado pela avaliação levará a uma conseqüente democratização das decisões, a partir da explicitação do projeto institucional, além de poder vir a substituir a atual política do MEC de currículos mínimos na medida em que os diversos modelos de cursos forem avaliados no contexto de parâmetros explicitados pela própria comunidade acadêmica e profissional.

A avaliação do sistema como um todo implicaria não apenas no diagnóstico da realidade, mas também, concluem os especialistas, na correção do sistema de educação superior, compatibilizando-o com os avanços tecnológicos e sociais do país.

Descentralização leva à auto-avaliação no Canadá

O ensino no Canadá é organizado de uma maneira muito peculiar e, portanto, bastante diferente dos demais países: a participação do governo federal é praticamente igual a zero — não existe sequer um ministério da educação em nível de país —, ficando a legislação, a alocação de recursos e as demais práticas relativas à educação por conta das províncias.

Assim, também o que existe em termos de avaliação é realizado de forma descentralizada, prevalecendo, em primeiro lugar, a auto-avaliação; em segundo lugar, em escala reduzidíssima, a ação de alguns governos provinciais, ao passo que o governo federal se utiliza de mecanismos indiretos de avaliação e, ainda assim, somente no que se refere à pesquisa.

Essas informações foram levadas ao simpósio pelos professores Jacques Tousignant, da Universidade de Quebec, e Michel Bellavance, da Escola Nacional de Administração Pública, de Quebec. Eles consideram a participação do governo federal na educação como sendo "marginal", apesar de estar havendo um aumento progressivo da sua participação na alocação de recursos para as universidades. Prevalece, no entanto, um investimento maior por parte das províncias. Na contabilidade geral, segundo informou o professor Michel Bellavance, 7,5% do Produto Interno

Jacques Tousignant

Bruto do Canadá são investidos em educação.

DESENVOLVIMENTO

Mesmo não existindo um sistema organizado na realização da auto-avaliação, um traço comum percorre a maioria das universidades canadenses: a minúcia e o rigor com que cada item é avaliado. Na avaliação dos programas de ensino, por exemplo, são observados, entre outros aspectos: pertinência social dos programas, coerência dos objetivos a que se propõem, atividades e meio pedagógico desenvolvidos, exames da qualidade e dos custos dos recursos humanos e materiais implicados nos programas. "As avaliações de programas — informou o professor Tousignant — deixaram de ser em vários estabelecimentos operações rotineiras e tornaram-se momentos de decisões preciosas e importantes".

No que pesem esses aspectos considerados positivos, Jacques Tousignant tem uma crítica à maneira como é conduzida a avaliação: "As avaliações são parciais, estanques umas em relação às outras, uma vez que não conseguem considerar as instituições enquanto conjunto", disse. Ele observa, no entanto, que a avaliação da universidade está em plena evolução e em pleno desenvolvimento no Canadá.

Em outras palavras, isso significa que os governos provinciais e central também estão começando, mesmo que timidamente, a promover a avaliação. Por exemplo, desde 1983 todos os colégios e universidades privadas da província de Alberta precisam, para poder funcionar, de um reconhecimento oficial seguido de uma avaliação.

No que se refere especificamente à pesquisa, as agências de financiamento provinciais e nacionais realizam uma avaliação constante junto aos beneficiários de seus recursos. E o governo federal vem interferindo de maneira indireta, através de três centros nacionais de pesquisa, nas áreas de humanidades, engenharia e ciências médicas. O centros financiam pesquisas e os professores "procuram se encaixar nas suas orientações para obterem recursos", informou Jacques Tousignant, que considera válido esse tipo de ação.

Japoneses foram os primeiros a fazer avaliação

Entre os quatro países que participaram do simpósio, o que há mais tempo adotou o sistema de avaliação do ensino superior foi o Japão, em 1903. Por outro lado, é também esse país que está melhor se estruturando, no momento, para desencadear um grande sistema de auto-avaliação — diferentemente do que ocorre no Canadá, onde a auto-avaliação é predominante, mas através de ações particulares de cada universidade, sem que, portanto, exista propriamente um sistema.

No começo do século, o governo japonês estabeleceu uma ordem especial para avaliação das escolas (não universidades) que ministravam cursos superiores. E, das 65 averiguadas, apenas 47 foram consideradas aptas a prosseguir funcionando. Quinze anos depois, em 1918, é que foi criada uma ordem específica para as universidades, com os objetivos de avaliar a qualificação e número de professores e também as condições das instalações e dos equipamentos.

Os resultados desse levantamento, segundo o professor Kunio Sato, diretor da Divisão de Educação Médica do Ministério da Educação, Ciência e Cultura, proporcionou uma liberação na criação de novas universidades. Ele informou que em 1950 o número de universidades no Japão era de 201, abrigando 225 mil estudantes; em 1985, esses números subiram para 401 universidades, e 1,450 milhão de estudantes.

Yukio Fujita

Esse crescimento foi acompanhado da criação da Associação de Credenciamento da Universidade Japonesa (ACUJ), uma entidade desvinculada do governo mas que goza de prestígio e respeito por este. A ponto de ser a entidade encarregada de apresentar os estudos necessários para a implantação de um sistema de auto-avaliação da universidade no país.

Os japoneses não deixam de considerar os resultados provenientes das relações da universidade com a sociedade (interesse dos estudantes por essa ou aquela instituição, oferta de trabalho para formandos etc) mas estão interessados em adotar um sistema mais apropriado e consideram a auto-avaliação como a melhor saída. E, para tanto, estudos vêm sendo feitos há dez anos, quando a ACUJ reconheceu a necessidade de revisar periodicamente as universidades que havia cadastrado anos antes.

Em 1979, a Associação formou um primeiro comitê para realizar estudos visando a auto-avaliação da universidade. Um relatório provisório foi concluído dois anos depois. Em 1983, foi constituído um segundo comitê, que aprofundou os estudos e os apresentou, detalhadamente, em novembro do ano passado, propondo a avaliação em dois níveis: em primeiro, a auto-avaliação a partir das próprias universidades; em segundo, a avaliação das instituições através da ACUJ. O professor Yukio Fujita, da Universidade de Waseda, prevê que o sistema será acionado somente daqui a três ou quatro anos. Em qualquer tempo, no entanto, deverá prevalecer os princípios estabelecidos pelo primeiro comitê formado pela ACUJ: "Universidades tanto federais como municipais ou particulares são instituições educacionais do mais alto nível, bem como instituições de pesquisa para a ciência ou cultura. Então, podem ser consideradas espelhos que refletem o nível intelectual de nossa sociedade. Por essa razão, as universidades precisam continuar a fazer constantes esforços para desempenhar suas tarefas, interagindo na sociedade sempre mutante e em desenvolvimento. Nossos esforços, contudo, não seriam práticos, a menos que tivéssemos um sistema de auto-avaliação. Apenas através do processo desse sistema poderemos encontrar medidas concretas para um aperfeiçoamento".

Substitutivo contempla caráter multicampus

Na sessão do Conselho Universitário do dia 24 de setembro, o reitor Jorge Nagle apresentou um projeto substitutivo ao anteprojeto de estatuto da Universidade. A proposta, que se baseia no caráter multicampus da UNESP, foi acompanhada de uma indicação, cujo texto é aqui apresentado:

"O projeto **substitutivo** que ora encaminhamos à apreciação do Egrégio Conselho Universitário, embora apresentado pelo Reitor enquanto membro desse Colegiado, não se reduz a uma proposta da Reitoria. Ele consubstancia os anseios e reivindicações da comunidade acadêmica, expressos pelo C.O., CEPE, Câmaras Centrais, Unidades Universitárias e pelos núcleos atuantes das forças vivas desta Universidade, representadas por seus corpos docente, discente e técnico-administrativo, preocupados não apenas com questões relativas à distribuição do poder, mas com a implementação de alterações profundas de natureza estrutural. Tais alterações devem viabilizar a expansão e o desenvolvimento da UNESP, Universidade que, por suas características, assume posição ímpar no sistema de ensino do Estado de São Paulo.

"O presente **substitutivo**, que pretende expressar as mudanças que a vivência apontou-nos como necessárias, decorre de um dever, de cujo cumprimento seria até desonrosa uma abstenção. Dever funcional decorrente, em particular, da própria natureza dos cargos que ocupam aqueles que chegaram a assumir altos escalões do serviço público, quaisquer que sejam. Governar a Universidade é ter um projeto desdobrável a curto, médio e longo prazos, no qual se combinem, equilibradamente, realidade presente e utopia; significa administrar um projeto sem concessões populistas, corporativistas e demagógicas; sem concessões, enfim, que desvirtuem a natureza específica da instituição, que, além de universitária, é pública e gratuita.

"Todavia, não se governa a Universidade desconhecendo-se os anseios ou propostas da comunidade universitária.

"Foi por esse motivo que a Reitoria incentivou a realização do Congresso de Reestruturação, iniciado em Botucatu (novembro de 1984) e submetido a plebiscito (agosto de 1986), depois de sessões de discussão em Jaboticabal e Araraquara.

"O plebiscito a que foi submetido o ante-projeto do novo Estatuto revelou que o número de abstenções foi superior ao de votantes. Para um total de 20.281 eleitores, apenas 9.370 (46,2%) compareceram às urnas, enquanto 10.911 (53,8%) abstiveram-se de dar seu referendo ao documento elaborado pelo Congresso de Reestruturação. Por outro lado, inúmeras propostas de alteração do atual Estatuto, envolvendo mudanças estruturais, não foram contempladas no referido anteprojeto, e nele somente poderiam inserir-se a partir de uma ampla e cabal reformulação do texto original, ou seja, mediante um **projeto substitutivo**. Cabia, pois, à Reitoria a responsabilidade de constituir-se em porta-voz de tais reivindicações.

"É importante observar, nesse quadro, que o anteprojeto de Estatuto então apresentado — talvez pela situação então existente, talvez pela premência do tempo — não levou na devida conta certos aspectos que precisam ser, agora, contemplados.

"Assim, o anteprojeto, ao fixar-se na denominada estrutura do poder, acabou por conservar o mesmo desenho do Estatuto vigente. Uma vez que as alterações propostas foram feitas sempre em paralelismo com as normas então existentes, tais alterações ficaram, em boa parte, comprometidas com a estrutura em vigor; especialmente, a reestruturação não contemplou uma das características típicas da UNESP, que é a de ser uma Universidade multicampus. Com efeito, tanto o Estatuto vigente como o anteprojeto apresentado contêm prescrições mais condizentes com uma universidade localizada num único campus. Daí o imperativo de pensarmos num novo modelo estrutural que, justamente, corresponda à própria especificidade da nossa Universidade. Além disso, o anteprojeto não chegou a propor novas respostas relativas à parte propriamente acadêmica, isto é não situou adequadamente as atividades-fins (ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade); conseqüentemente, não houve a correspondente modificação da estrutura organizacional (meios), que deveria ser repensada com vista, também, ao futuro desenvolvimento da Universidade.

"Isso não quer dizer, evidentemente, que nada foi feito no período entre o início do processo de reestruturação e os dias de hoje. Muitas mudanças estatutárias e regimentais foram efetivadas, atendendo às sugestões contidas no anteprojeto da comunidade, bem como foram aprovadas normas que representam medidas de grande alcance para o bom funcionamento da instituição. Neste sentido, bastam os seguintes exemplos: a mudança da representatividade no

Muitas mudanças no estatuto e regimento foram efetivadas

Conselho Universitário, tanto do corpo docente como do corpo discente e técnico-administrativo, passando de 42 membros para 74; a conseqüente alteração na composição das Congregações e dos Conselhos de Departamento; a substituição da exigência de professores titulares para portadores, no mínimo, do título de doutor, na indicação de Diretor e Vice-Diretor; a ampliação da delegação de competências envolvendo o CO, CEPE e Câmaras, além de novas atribuições de competência, de ordem administrativa, que passaram da Reitoria para as Unidades Universitárias etc. Embora tenham sido alterações parciais, ocorridas neste ou naquele momento, promoveram melhor distribuição do poder acadêmico e maior representatividade, tônicas do anteprojeto da comunidade, ao lado de prefigurarem iniciativas de caráter policêntrico, incluindo neste uma maior autonomia das Unidades Universitárias.

"Como este **substitutivo**, objetiva-se a um enquadramento global das normas de convivência universitária, que proporcione sistematização e coerência, além de avanço na proposta que consolide uma Universidade integrada, multifuncional e atuante

Administrar um projeto sem corporativismo, populismo e demagogia

na vida brasileira, e que elimine o que ainda resta das características de Universidade conglomerada.

"Em resumo, desejamos uma Universidade sustentada pelas seguintes diretrizes, em especial: ajustar as normas estatutárias às características de uma universidade multicampus; descentrar o poder acadêmico, mas de forma equilibrada, pelo maior grau de representatividade ou de participação dos três grandes segmentos da comunidade universitária; criar condições mais favoráveis ao desempenho das atividades-fins, justamente aquelas que representaram, historicamente, os traços fundadores da Universidade; ajustar a estrutura técnico-administrativa à nova realidade universitária, rompendo com as barreiras burocráticas que dificultam ou impedem o desenvolvimento de uma Universidade ágil e moderna.

"Assim, orientado por essas diretrizes, o substitutivo propõe a criação de Núcleos Regionais e a constituição de Conselhos nesses Núcleos, aos quais progressivamente serão delegadas atribuições de natureza normativa e executiva. Busca-se garantir, dessa forma, a efetiva integração da Universidade, não só ao seu meio, mas também mediante o desenvolvimento de programas de ensino, de pesquisa e de extensão universitária comuns a duas ou mais Unidades de cada região. Este é um passo importante para a criação de núcleos universitários (futuras universidades?), que tornem possível a instalação de sub-reitorias, além de estimularem a caracterização de regiões geo-acadêmicas. A necessária articulação dos níveis local e central, garantida pela presença, no Conselho Universitário, dos Diretores de Unidades Universitárias, presença essa reforçada pela representação docente por Núcleo Regional, será plenamente assegurada com reserva de lugar, no mais alto colegiado da Universidade, aos Presidentes dos Conselhos Regionais; representação docente, é bom lembrar, que se efetiva sem restrições quanto às categorias. Se, no caso, o que pretendemos é, basicamente, atender às características de uma Universidade multicampus, nem por isso deixamos de satisfazer ao princípio da descentração do poder acadêmico.

"No mesmo sentido de descentração do poder, orienta-se a proposta de organização bicameral do Conselho Universitário e das Congregações. Tal modelo, que garantirá a necessária articulação entre os colegiados acadêmicos da Universidade, quer em nível central, quer em nível local, não se constituirá em fator de burocratização, tendo em vista que foram conferidas a todas as instâncias atribuições de caráter deliberativo. No nível central, o **substitutivo** amplia a competência decisória da CEPE e inova radicalmente ao atribuir à CADE, e ao Vice-Reitor seu presidente e pró-reitor da Administração e Desenvolvimento, tarefas importantes de gestão universitária. O modelo previsto em nível central reproduz-se, com as necessárias adaptações, em nível de Unidade Universitária. É oportuno ressaltar, neste passo, a importância da articulação entre os colegiados tal como está sendo sugerida, porque destrona a sistemática hoje existente, caracterizada pela separação quase completa entre eles, o que deu origem a um quadro de elevado grau de fragmentação na administração superior da Universidade, distanciando o que de-

Passo importante para a criação de núcleos. Futuras universidades?

veria possuir atuação integrada. Por ser de interesse, é importante ressaltar os seguintes dados: além de órgãos de assessoramento, as Câmaras, tanto em nível local como em nível central, possuem atribuições de natureza deliberativa; sua composição já não é mais desvinculada da composição dos órgãos superiores aos quais contribuem com o seu trabalho especializado — o C.O. e as Congregações; finalmente, as Câmaras, ao contrário do que vem ocorrendo, exercerão suas atividades de forma plenamente articulada e integrada aos colegiados superiores.

"O objetivo das alterações propostas foi o de criar condições mais favoráveis ao desenvolvimento das atividades-fins da Universidade: ensino, pesquisa e extensão universitária.

"Nesse sentido, analisadas as atribuições conferidas aos diferentes colegiados, buscou-se adequar a representação dos três segmentos da comunidade universitária à natureza das tarefas de cada colegiado, de forma a não apenas atender aos interesses específicos de cada segmento, mas garantir a eficácia da respectiva representação na consecução dos objetivos da Universidade. No caso dos docentes, por exemplo, diversificou-se a representação, prevendo-se também participação dos Coordenadores de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação, não apenas nas Congregações, mas também nas Comissões Centrais de Graduação e de Pós-Graduação e Pesquisas. Na CADE, a representação do corpo técnico-administrativo é numericamente superior à representação discente. Esta, por sua vez, supera aquela, em termos quantitativos, na Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade. De qualquer modo, os diferentes graus de representatividade dos três segmentos do corpo universitário fundamentaram-se na existência de diferentes condições necessárias ao exercício de tarefas especializadas. Nesse contexto, foram reforçadas as posições do corpo docente, por se levar em conta que, além de permanente, é o responsável pela execução de duas funções básicas da Universidade: o ensino e a pesquisa.

O objetivo é atender as reais condições da nossa universidade

"A ampliação do grau de representatividade dos três segmentos da comunidade universitária, por sua vez, resultou na ampliação do Colegiado responsável pela escolha do cargo de Reitor e de Vice-Reitor. Assim sendo, a comunidade universitária poderá exercer, sobre o grande conjunto de seus representantes, uma influência mais atuante. É justamente por esse mecanismo que podem ser evitadas propostas que acabam por desvirtuar o papel dos órgãos superiores da Universidade, especialmente quando se pretende, mecanicamente, transpor contextos da sociedade política para o contexto universitário.

"Não se cuidou, porém, apenas da adequada composição dos colegiados acadêmicos; igualmente, buscou-se oferecer às atividades executivas o suporte insistentemente reivindicado pela comunidade universitária. A criação das Pró-Reitorias de Graduação, de Pós-Graduação e Pesquisa, e de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários permitirá a agilização das providências necessárias ao melhor desenvolvimento dos cursos e à captação e à destinação de recursos para essa diversidade de atividades. Nessa mesma direção, tornou-se necessária a presença dos Pró-Reitores no C.O., presença também justificável para que se estabeleça um diálogo mais ampliado e mais produtivo entre a alta administração da Universidade e seu órgão máximo de deliberação.

"Cumpre observar ainda que, com o objetivo de atender às reais condições de nossa Universidade e aos legítimos reclamos das Unidades Universitárias, foram revistas as condições necessárias à implantação de Congregação e de Departamentos, de forma a garantir a instalação definitiva desses colegiados em todas as Unidades da UNESP.

"Senhores membros do Conselho Universitário, o projeto substitutivo que apresentamos compreende tanto normas estatutárias como normas Regimentais. Esta orientação foi proposital e foi aceita porque consideramos, no momento, importante delinear, num único texto, o conjunto das prescrições consideradas necessárias para que tenhamos uma visão global, desde os princípios e diretrizes mais gerais, até seus desdobramentos menos gerais, porém, significativos. Assim, concomitantemente à discussão do substitutivo, ou imediatamente após sua aprovação, deveremos proceder à separação do conjunto das normas em dois grandes grupos: o das estatutárias e o das regimentais. Sem nos esquecermos porém, que, pela sua própria natureza, determinadas normas deverão ser estabelecidas ou especificadas posteriormente pelos colegiados da Universidade, em particular, pelo Conselho Universitário. Este cuidado é indispensável a fim de evitar que o novo Estatuto e Regimento Geral venham a impedir ou dificultar alterações que se tornem necessárias para o desenvolvimento de nossa vida universitária.

Para que a Unesp possa desempenhar seu papel no ensino superior

"Neste final da Indicação, tomamos a liberdade de repor uma questão já mencionada no texto: a que se refere à criação de condições mais favoráveis ao desempenho das atividades-fins da Universidade, justamente aquelas que representaram, historicamente, seus traços fundadores.

"Com efeito, e como já foi esclarecido, o ensino, a pesquisa e a prestação de serviços não são propriamente fins, mas meios. Ao lado dessa distinção, é útil diferenciar determinados fatores condicionantes como, por exemplo, descentralização e participação. As finalidades básicas da Universidade, isto é, seus elementos fundadores, verificados através de sua história e que devemos conservar, corresponder a expandir os limites do saber (filosófico, científico, tecnológico, artístico), estimulando a reflexão crítica, preservando a cultura e a identidade nacionais, visando, permantemente, à melhoria da qualidade de vida. Acreditamos que é nesta direção que devemos continuar a trabalhar este projeto substitutivo, para cujo aprimoramento hão de contribuir os membros desse Colegiado, de modo que a UNESP possa desempenhar o importante papel que lhe cabe no sistema escolar do Estado de São Paulo e no quadro geral do Ensino Superior do Brasil.

JORGE NAGLE
Reitor

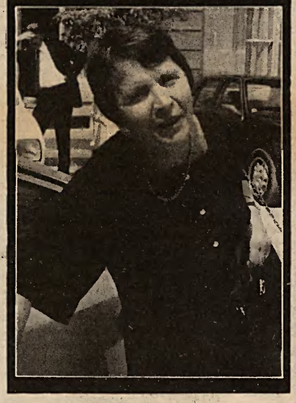
Entrevista

HÉLÈNE AHRWEILER

Reitora da Universidade de Paris

Adaptação à sociedade moderna

Um rápido perfil da universidade francesa hoje, é o que apresenta nesta entrevista a professora Hélène Ahrweiler, reitora da Universidade de Paris (Sorbonne) e vice-presidente do Conselho Superior de Educação Nacional da França. A entrevista foi feita, a pedido do Jornal da UNESP, pela professora Cristina Diniz Mendonça Crema, da FEFCSD — Marília, por ocasião de sua viagem à França, em junho último, para participar do encontro anual do Grupo de Estudos Sartreanos.



Costuma-se dizer que a universidade francesa nunca conseguiu realmente superar a crise desencadeada pelo abalo de maio de 1968. Por exemplo, Michel Prigent, presidente dos Círculos Universitários, escreveu em um artigo publicado no **Le Monde** *(24/06/87) que a "universidade atravessa há vinte anos uma crise de identidade, no sentido forte do termo. Ela não sabe mais quem ela é". Qual a sua opinião a esse respeito?*

Felizmente a universidade atravessa uma crise, porque isso significa que ela é um organismo vivo. E numa sociedade como a nossa que tem um ritmo de vida acelerado nos setores econômicos, intelectuais, artísticos etc, a universidade , por apresentar a esperança e as certezas da juventude, deve ter esse ritmo também. Assim, eu diria que esta crise, se ela existe, é um elemento benéfico.

Mas creio que a universidade ultrapassou completamente o que você chamou de "abalo", visto que adaptamos o nosso ensino às exigências modernas, favorecemos as disciplinas mais profissionalizantes, de forma que hoje nós podemos dizer que a universidade francesa em geral e, mais particularmente as universidades de Paris, respondem à sua tripla missão: 1) transmitir o saber; 2) favorecer e permitir que se desenvolva a pesquisa, sobretudo a fundamental; 3) ter um setor novo muito importante, que é o da formação contínua. Assim, nós temos uma nova diversificação dos objetivos da universidade, e, para responder a esta diversificação, ela teve que se adaptar. E esta adaptação, que chamam de crise, eu chamo de vida, de vida ativa.

Uma pergunta a respeito do sistema de seleção: Jean Jacques Salomon, diretor do Centro de Ciência, Tecnologia e Sociedade, em artigo também publicado no **Le Monde**, *faz alusão ao que ele chama de "palavra tabu: seleção". E afirma o seguinte: "A França é este país estranho, onde a consciência coletiva professa que na universidade não deve haver uma seleção, nem orientação, mas cujo sistema de ensino superior é um dos mais seletivos do mundo". Michel Prigent, por seu lado, considera que "a ausência de seleção na França é uma catástrofe". Como a senhora vê essa questão?*

Creio que meus dois colegas exageraram em suas observações. Primeiro, porque eles esquecem que o bacharelado (**baccalaureat** *) é um título universitário, o que significa que as pessoas que têm o bacharelado já obtiveram um título universitário, e isso não ocorre com todo mundo. Portanto, nós já fazemos em nível nacional uma primeira seleção para o ensino superior. Segunda observação: todos os que têm bacharelado podem certamente se inscrever em uma universidade francesa. O problema, pois, deve ser colocado da seguinte forma: saber quais disciplinas, quais rumos o aluno vai seguir de acordo com suas potencialidades. Nós temos vários bacharelados e isto quer dizer que existem vários caminhos. Os que não conhecem matemática ou física, obviamente não estarão aptos a seguir um curso de ciências exatas; já os que têm um bom conhecimento de língua e literatura estarão em condições de entrar no curso de Letras. Assim, ao meu ver, o que se faz necessário é uma orientação seletiva, isto é, explicar ao jovem como dirigir seus estudos para um determinado setor tendo em vista seus antecedentes intelectuais; criar condições para que faça uma escolha certa nos seus estudos superiores.

E como fazer isso?

Obviamente, garantir uma boa formação e estabelecer uma espécie de vínculo entre o curso secundário e a universidade, de forma que se possa explicar desde os bancos do liceu como os alunos devem agir para não se enganarem quando estiverem na universidade. Porque, com efeito, durante o curso universitário há uma seleção constante: cada vez há mais exames, controle contínuo e, evidentemente, seleção. Assim, creio que os jovens, mesmo se orientando mal, têm toda razão em procurar estar na universidade porque todos os diplomados se inserem na vida profissional mais facilmente do que os não diplomados. E no que se refere às necessidades da nação francesa estou totalmente convencida de que o país precisa de um bom número de diplomados de nível superior para poder responder aos novos desafios da sociedade moderna.

Quais são, no seu ponto de vista, os resultados práticos da reforma universitária francesa?

Não há reforma. Nós simplesmente fizemos algumas reflexões sobre a estrutura da universidade francesa. Ora, onde há novidade é nos novos diplomas que criamos; onde existe algo de novo é na relação que instauramos entre as grandes escolas e a universidade, nos novos grupos de pesquisa no terceiro ciclo, nos laços da universidade com o Centro Nacional de Pesquisa Científica. Não se trata, portanto, de reforma, mas sim de uma adaptação constante. Também não podemos dizer que as leis que regem a universidade geraram algum tipo de reforma; elas forneceram uma forma de organizar, de estruturar a universidade. Para mim, a única e verdadeira reforma concerne ao conteúdo dos estudos, mas nunca à estrutura. Assim, não creio que seja através de uma lei que determinaremos à universidade a profundidade de sua missão. As universidades francesass, que contam com homens e mulheres de grande qualidade, já encontraram a maneira de melhor explorar os seus meios materiais e, graças a uma contínua pesquisa pedagógica, encontraram também os meios para se adaptar às exigências da sociedade moderna. Assim, não há uma reforma, mas uma adaptação constante às exigências do momento. Acho, por exemplo, que atualmente as universidades devem ficar atentas às características de cada região para saber quais são as profissões, os métiers que devem receber malor atenção e dedicação. Por outro lado, temos que reconhecer que ninguém hoje é capaz de dizer quais serão as profissões do futuro. Ou seja, nossa preocupação é dar aos jovens a linguagem básica para que eles possam se tornar polivalentes, homens e mulheres multidimensionais.

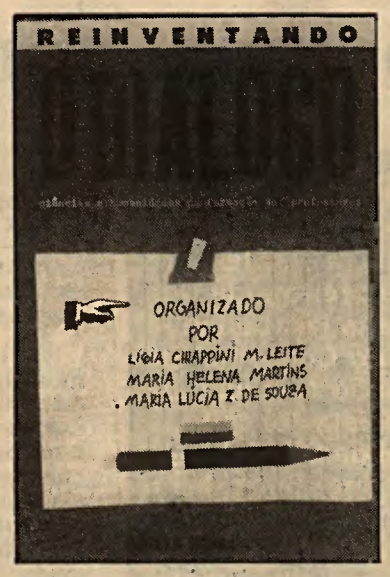
Quais são as conquistas atuais da universidade francesa?

Conquistamos uma coisa que considero muito importante, que é a participação de todas as categorias da comunidade universitária nos órgãos de decisão, o mesmo acontecendo com representantes da sociedade. A maior novidade, provavelmente, consiste no fato de a universidade francesa, e particularmente a Universidade de Paris, que eu represento e me orgulho dessa posição, estar absolutamente aberta ao diálogo com os setores produtivos, com o mundo sócio-econômico. E estamos numa outra dimensão a ela, que é a união européia. Como já é de conhecimento público, eu lancei a Constituição da Universidade da Europa, que acolherá estudantes de todos os países do continente. Esta nova instituição será uma espécie de rede universitária, isto é, não vamos construir um edifício no qual ficariam professores e alunos mas, todos em comum, através de convênios, vamos nos unir para levar a bom termo um programa comum de formação e de pesquisa.

Baccalauréat é um exame realizado no fim do curso secundário e dá direito a um diploma que permite ingresso direto na universidade.

ESTANTE

A universidade e a formação de professores



REINVENTANDO O DIÁLOGO — Ciências e humanidades na formação dos professores (Editora Brasiliense, 279 páginas, Cz$ 476,00), organizado por Ligia Chiappini M. Leite, Maria Helena Martins e Maria Lúcia Z. de Souza).

É possível o reconhecimento de uma política universitária para a formação de professores? Em que medida a Universidade pode ser responsabilizada pelo atual nível de ensino vigente na escola básica e média? É desejável a cooperação entre os profissionais da Universidade e dos graus de ensino precedentes para reverter o atual "quadro negro" da escola pública, em todos os níveis? A prática da interdisciplinaridade pode ser viabilizada para além das atividades curriculares? Atualizar, reciclar, treinar... Como proceder num curso para professores em busca de conhecimento? Ao se voltar para os desafios do ensino básico e médio, a Universidade continua correspondendo enquanto núcleo de pesquisa, docência e de prestação de serviços? Qual a importância dos convênios entre a Universidade e a Secretaria de Educação?

Essas são algumas das questões discutidas no livro organizado pelas professoras Ligia Chiappini, Maria Helena Martins e Maria Lúcia de Souza, cujo título é clara alusão à generalizada "descomunicação" entre pessoas e instituições dedicadas à Educação.

Reunindo as comunicações de professores de diversas áreas e disciplinas apresentadas em dois eventos: o "I Encontro de Professores Universitários com trabalho junto ao 1º e 2º graus" e o "III Seminário Aberto do Estágio de Formação do Educador em Serviço", realizados, o ano passado, na Universidade de São Paulo, o livro registra ainda os debates que daí decorreram.

A importância desses textos, torna-se evidente para os interessados em Educação e no ensino público, já na abertura dos trabalhos, quando o professor João Baptista Borges Pereira — Diretor da FFLCH da USP — afirma que a Faculdade promotora do evento "tem uma dívida pública ainda não resgatada, que consiste em oferecer à comunidade não acadêmica aquilo que tem acumulado entre quatro paredes".

Também o professor Celso de Rui Beisegel, observa que a produção de ponta da Universidade [illegible]o é incompatível com as ativi[illegible]es de apoio ao ensino público".

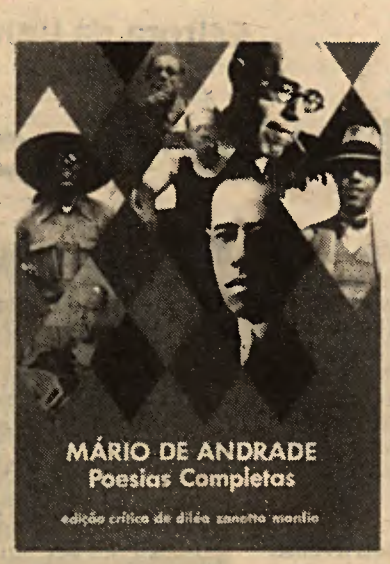
E na berlinda fica não só a Universidade, como também a rede oficial de ensino; a questão é qualificar o ensino público, dadas as suas peculiaridades administrativas e funcionais; dados os seus recursos humanos; dado o seu gigantismo; dada, enfim, a sua vontade política para a transição da escola que temos para a escola que supostamente queremos. Mas, como fazê-lo? Os relatos apontam para as dificuldades específicas de cada disciplina, exacerbadas pela crise de audiência de uma escola em progressivo esvaziamento físico e intelectual.

Se na primeira parte do livro, intitulada "Comunicações do I Encontro de Professores Universitários com Trabalho junto ao 1º e 2º graus", a questão da metodologia do ensino, na especificidade dos seus componentes curriculares, teve como contraponto — as vezes enfadonhamente repetitivo — o convênio entre a Secretaria da Educação e Universidades — USP, UNESP e UNICAMP —, na segunda parte — "Comunicações do III Seminário Aberto do Estágio de Formação do Educador em Serviço: A Questão da Interdisciplinariedade" — as comunicações e os debates seqüentes têm a questão metodológica como contraponto aos temas da nova proposta curricular para o 1º e 2º graus. Faltou, apenas, como lembrou uma das debatedoras, clarear mais a tão pouco discutida interdisciplinariedade.

Na sua terceira parte, o livro apresenta um conjunto de propostas, reunidas em três ítens: I — Propostas quanto aos Princípios Gerais que deveriam reger cursos e estágios, coordenados por universitários, para professores de 1º e 2º graus; II — Propostas quanto a medidas a serem adotadas pela Universidade e III — Propostas quanto a medidas a serem adotadas pelas Secretarias e Ministério de Educação.

Para além dos Encontros e deste livro que os relata, os diálogos vêm se reinventando em algumas instituições. E, ao que tudo indica, tem ocorrido também em algumas unidades da UNESP; os seus recém criados Núcleos Regionais de Ensino reúnem pessoas interessadas na qualificação do ensino público. Também, aí, a relação entre a Universidade e os graus de ensino precedentes é desejável e muito provavelmente os cursos conveniados não bastam às suas pretensões; insinuam-se projetos de ação permanente junto às redes municipal e estadual de ensino público. (professor Ivan Russeff, do quadro do magistério público estadual).

Lançamentos de docentes da UNESP

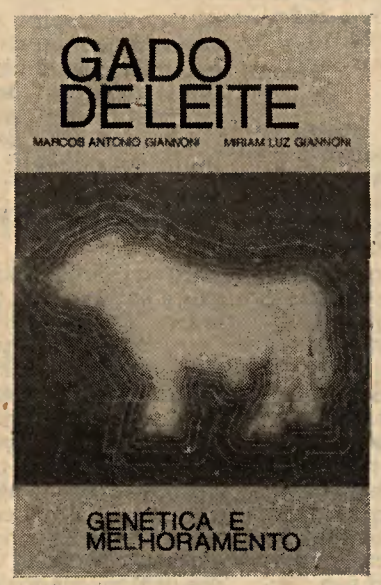


MÁRIO DE ANDRADE — POESIAS COMPLETAS (Editoras Itatiaia e Universidade de São Paulo, 535 páginas, Cz$ 350,00), de Diléa Zanotto Manfio, do Departamento de Literatura do ILHP — campus de Assis.

A edição crítica de "Poesias Completas" de Mário de Andrade é resultado de um confronto estabelecido pela autora entre todas as obras já publicadas pelo escritor, bem como seus manuscritos, onde são eliminados códigos semelhantes, definidas e comentadas as variantes, de forma a produzir um texto apurado da obra de Mário de Andrade.

A partir desse confronto, a professora Diléa Manfio fez uma ampla análise (ocorrência de variantes, cronologia, momento cultural e pessoal do autor, circunstancialidade, citações, colagens e dedicatórias) dos poemas, contando inclusive com dois originais, onde são percebidas as características gerais do trabalho de M. de Andrade.

Diléa Manfio revela grande preocupação com o respeito ao estilo do autor, observando que este possui obras de diversas modalidades, tais como poesias, romances, crônicas, relatos de viagem, além de obras que refletem sua preocupação com o folclore, e vasta correspondência apontando várias facetas deste autor, que marca expressivamente o movimento modernista na literatura brasileira.



GADO DE LEITE: GENÉTICA E MELHORAMENTO (Editado pela Livraria Nobel, 374 páginas, Cz$ 700,00), de Marcos Antonio Giannoni e Miriam Luz Giannoni, ambos do Departamento de Melhoramento e Nutrição Animal da FCAV — campus do Jaboticabal.

Discute-se neste livro assuntos genéticos relacionados à produtividade de gado leiteiro, com o objetivo de oferecer alguma contribuição para o desenvolvimento da pecuária de leite nacional.

Para esse fim, segundo os autores, o Brasil só conseguirá elementos para melhorar geneticamente seus bovinos leiteiros se passar a executar o controle de informações envolvendo, pelo menos nos Estados mais desenvolvidos da Federação, todos os rebanhos comprometidos com a produção de leite. Através de registros genealógicos, dos desempenhos produtivos e reprodutivos e das diferentes características adaptativas dos animais se poderá conhecer a real situação dos rebanhos quanto às suas condições genéticas e de manejo e melhor escolher os métodos de seleção a serem utilizados assim como orientar os acasalamentos.

O livro é uma advertência para o fato de que se não houver projetos de melhoramento amplos e planejados o País continuará em sua média de 935 kg de leite/vaca/ano, o que é incompatível com suas necessidades e potencialidades.

MARACUJÁ (Editado pela UNESP, 246 páginas), de Carlos Ruggiero, do Departamento de Fitotecnia da FCAV — campus de Jaboticabal.

Trata-se de uma reedição do livro "Cultura do Maracujazeiro", publicado em 1980, e que reuniu os principais assuntos inerentes à exploração econômica dessa frutífera. Nessa edição, o autor introduziu, além de novos capítulos, 48 fotos coloridas, principalmente relacionadas às doenças e deficiências nutricionais.

Com essas inclusões, o livro atenderá às necessidades dos produtores, técnicos e estudantes de agronomia interessados no cultivo do maracujá.

A distribuição do livro está sendo feita pela FUNEP — Fundação de Estudos e Pesquisas em Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia da FCAV, que além de estar enviando gratuitamente para todas as bibliotecas das Faculdades de Agronomia do país, para Fundações, Financiadoras de Projetos de Pesquisa e Institutos de Pesquisa, também está vendendo pelo preço de Cz$ 200,00. O endereço da FUNEP é: Rodovia Carlos Tonanni — km 5, CEP 14870, fone (0163) 22-4000, ramal 141 — Jaboticabal.

ANÁLISE QUÍMICA DO SOLO PARA FINS DE FERTILIDADE (Editado pela Fundação Cargil — 1987, 169 páginas), de Manoel Evaristo Ferreira, professor do Departamento de Solos e Adubos da FCAV-campus de Jaboticabal, e vários outros autores.

O livro é o resultado de um curso realizado pelo laboratório de Análise do Solo, da FCAV, em Jaboticabal, em fevereiro do ano passado. Nele é apresentada e discutida uma nova metodologia de análise do solo, considerada a mais eficiente entre as existentes.

A distribuição da publicação é feita de forma dirigida e gratuita, bastando que o interessado encaminhe um pedido ao laboratório de Análise do Solo da FCAV (Rodovia Carlos Tonanni, km 5, CEP 14 870 — Jaboticabal).

BIOGEOGRAFIA E MEIO AMBIENTE (280 páginas), de Helmut Troppmair, professor aposentado de Geografia Física e Recursos Naturais do IGCE — Rio Claro.

O autor, especialista em questões ambientais, apresenta nesse livro as sérias ameaças que a urbanização e a industrialização acelerada, a intensificação e a expansão da agricultura constituem ao meio ambiente. A transmissão de conhecimentos básicos sobre o sistema da natureza e da aplicação de métodos científicos para a minimização dos impactos ambientais e sócio-econômicos é o objetivo do livro, que conta com 39 ilustrações e quinze tabelas.

Destinado aos estudantes de geografia, ecologia, agronomia e demais pessoas interessadas na qualidade de vida da flora, fauna e do próprio homem, o livro pode ser solicitado ao professor Helmut Troppmair, através da caixa postal 323, CEP 13500, Rio Claro, juntamente com um cheque nominal de Cz$ 200,00.

AGENDA

ARAÇATUBA

• 9 e 10/10. Curso: "Tratamento da oclusão" — Parte II. Promoção da Comissão Especial de Cursos de Educação Continuada da Faculdade.
• 26 a 30/10. Campanha de Prevenção de Hipertensão, junto à comunidade da FOA. Promoção do departamento de Ciências Fisiológicas.

ARARAQUARA

• 5 a 10/10. XVII Semana de Química, no IQ. Com palestras, cursos e reunião de ex-alunos, a Semana tem como coordenador o professor Antonio Carlos Massabne. Promoção do Diretório Acadêmico.
• 5/10 a 27/11. Conferência: Experiências Alternativas de Ensino, no ILCSE. Promoção do departamento de Didática.
• 7 a 9/10. 1º Encontro de Iniciação à Pesquisa Científica em Química e Materiais. Promovido pelo departamento de Físico-Química do IQ, o Encontro é destinado, principalmente, aos estudantes.
• 16 e 17/10. Curso: Farmacologia e Terapêutica, na FO. Promoção do Diretório Acadêmico.
• 19 a 23/10. II Semana de Hipertensão, junto à comunidade. Promoção do departamento de Análises Clínicas da FCF.
• 23 e 24/10. Curso: Reabilitação Oral, na FO. Promoção do Diretório Acadêmico.
• 23/10 a 21/11. "Desenvolvimento da Famllia". Esse é o tema do curso de extensão universitária, promovido pelo Centro de Estudos, Assessoria e Orientação Educativa "Dante Moreira Leite" — CEAO, do ILCSE.

ASSIS

• 5 a 9/10. 1ª Semana do Aluno do Curso de Letras. O evento, promovido pelo departamento de Literatura do ILHP, conta com debates, mesas-rerondas, palestras, projeções de vídeos, varais de poesia e o concurso "Texto Vivo".
• 19 a 23/10. Semana da Consciência Negra, promovida pelo Centro de Estudos Psicológicos, do Instituto. Convidado: Hélio Santos.
• 26 a 30/10. Show Musical com o Grupo Cantassis (músicos da cidade e região). Promoção do departamento de Lingüística.

BOTUCATU

• 1/10 a 27/11. Curso de Anatomia Microscópia e Estrutural do Sistema Nervoso Central (2). Promoção do departamento de Anatomia do IBBMA.
• 1/10 a 30/11. Curso: Isótopos Estáveis. Promoção do departamento de Biofísica do IBBMA.
• 4 a 7/10. XVI Jornada Científica da ADUNESP regional. No IBBMA.
• 5 a 9/10. Exposição, Fotobiográfica de Vital Brasil. Fotos, depoimentos, cartas e documentos do cientista no saguão do IBBMA, como parte da XVI Jornada Científica.
• 5 a 10/10. Ciclo de palestras sobre "Eqüinos", na Fazenda Legeado. Sob coordenação do professor José Luiz G. de Souza e promoção da Diretoria da FMVZ.
• 11/10. O Grupo "Choro de Campinas", no terreiro de café da Fazenda Lageado. Promoção da Comissão Regional de Atividades Culturais, da FCA.
• 13 a 16/10. Semana de Agronomia, no IBBMA. Promoção da Diretoria.
• 17/10. V Reunião Científica do 13º Distrito Dermatológico, no ambulatório do HC e anfiteatro B, na FM. Promoção do departamento de Moléstias Infecciosas e Parasitárias, Demartologia e Radiologia.
• 19 a 23/10. Semana da Veterinária e Zootecnia e Jornada Científica, no IBBMA. Promoção da Diretoria.
• 22/10. Recital de piano, no IBBMA. Promoção da Comissão Regional de Atividades Culturais.
• 27 a 30/10. II Ciclo de Atualização em Traumatologia, no Hospital Veterinário da FMVZ. Promoção da Diretoria.

FRANCA

• 9, 16 e 23/10. O departamento de Serviço Social da FHDSS estará promovendo o curso de extensão universitária: Sindicalismo.

GUARATINGUETÁ

• 20 a 23/10. VIII Seminário da ADUNESP — Regional, na FE.

ILHA SOLTEIRA

12/10. 1º Encontro Distrital de Corais da UNESP, como comemoração do aniversário da Faculdade de Engenharia. Promoção da Diretoria.
• 19 a 23/10. Mesa-redonda: Educação, Pesquisa, Ciência e Tecnologia. Promoção do departamento de Engenharia Elétrica.
• 19 a 25/10. Festival de Teatro Amador. Promoção do Diretório Acadêmico "XI de Abril".

JABOTICABAL

• 13 a 16/10. Semana Artística e Cultural na FCAV. Promoção do departamento de Economia Rural e Diretório Acadêmico.

MARÍLIA

• 19 a 23/10. XXVIII Semana da Faculdade. O tema para discussão será "A biblioteca no processo educacional brasileiro". Promoção do departamento de Biblioteconomia e Documentação.
• 20 a 25/10. Alunos da Faculdade estarão participando do 14º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, em Recife. Coordenação: professor Paulo Tarcísio Mayrink.

PRESIDENTE PRUDENTE

• 1 a 3/10. Encontro de Professores de Matemática de 1º e 2º graus do Oeste Paulista. Promoção do departamento de Matemática e Educação do IPEA.
• 2/10 a 27/11. Seminário "As Grandes Linhas de Epistemologia Contemporânea" — Módulo I. Promoção do departamento de Educação do Instituto.

• 9 a 17/10. Semana Cultural do IPEA. Apresentação de Grupo Coral, Quinteto de violão, peça teatral, dança, banda, artes plásticas, cinema e várias atividades paralelas.
• 13 a 17/10. Semana de Estudos Ecológicos. Promoção dos Centros de Estudos Ecológicos e Biológicos do IB.
• 13 a 17/10. Semana de Estudos de Educação Física, no IB. Promoção do departamento de Educação Física. E, também debates de temas atuais sobre saúde. Promoção do departamento de Biologia.
• 23 a 25/10. Encontro para discutir "atividades de lazer". Promoção do departamento de Educação do IB.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

• 5 a 9/10. Mesa-redonda: Semana do Tradutor. Promoção do Centro de Estudos de Tradutor. Também neste período, I Semana de Estudos Pedagógicos. Promoção do departamento de Educação, do Instituto.
• 15 e 16/10. Reunião Regional da Sociedade Brasileira de Matemática, no IBILCE. Promoção do departamento de Álgebra, Cálculo e Geometria.
• 19 a 23/10. No Instituto, a I Semana de Engenharia de Alimentos. Promoção do Centro de Estudos de Engenharia de Alimentos.

SÃO PAULO

• 2 a 9/10. II Semana de Ritmo e Som, no anfiteatro do IAP. A programação conta com concertos e um debate sobre o tema. "O Músico Hoje". Promoção do departamento de Música. Entrada Franca.
• 18/10. "O Ritmo e o Som de nossos Jovens". Promoção do Departamento de Música do IAP. No Teatro João Caetano, às 10 horas. Entrada Franca.
• 23/10. Congresso Estudantil de Física Teórica, no IFT. Comissão organizadora: professores Braz Edson Palladino e Ubirajara Wichoski.

GTUNESP

• 13/10. O Grupo de Trabalho da UNESP estará participando da "Semana Cultural", da Universidade do Sagrado Coração de Bauru.

"Guia" tem nova tiragem

A Reitoria acaba de imprimir mais trinta mil exemplares do "Guia do Vestibulando da UNESP". A nova tiragem vem atender a solicitações de cursinhos e escolas de segundo grau de todas regiões do Estado, uma vez que os primeiros cem mil exemplares se esgotaram logo nos primeiros dias de distribuição.

Lançado junto à imprensa no dia 17 de setembro, simultaneamente em São Paulo, na Reitoria, e em todos os campus, a cargo dos diretores, o "Guia" está sendo distribuído gratuitamente aos cursinhos e escolas de segundo grau, de modo que a maioria dos estudantes possa conhecer o conjunto da UNESP, objetivo principal da publicação.

O reitor Jorge Nagle lembra que, até o ano passado, a divulgação do vestibular era feita, além dos cartazes que a VUNESP distribui pelos cursinhos, através da ação particular de cada Unidade e que isso apresentava algumas limitações. "Em primeiro lugar — explica o reitor — por ser uma ação particular, ficava implícita uma desigualdade na divulgação do vestibular, pois algumas Unidades se empenhavam mais ou tinham melhores condições que outras. Em segundo — acrescenta — qualquer esforço, por maior que fosse, ficava limitado à cidade ou região, com conseqüente prejuízo para a UNESP como um todo. E, por fim, o vestibulando só tomava conhecimento do conjunto da UNESP no momento que comprava o 'Manual do Candidato', ou seja, quando já tinha decidido prestar nosso vestibular".

Foi para superar essas limitações, que chegavam a comprometer a idéia principal da Universidade — levar ensino superior público e gratuito para o Interior do Estado — que a Reitoria lançou mão da mesma receita que utiliza em outras situações: tomar uma providência que contemplasse o conjunto da UNESP. E assim resolveu fazer o "Guia do Vestibulando".

"Nosso objetivo — justifica Jorge Nagle — é informar o vestibulando sobre a UNESP, tanto quanto aos cursos oferecidos como também quanto às Unidades Universitárias". E o "Guia" traz justamente isso: informações como o número de vagas, período de aulas, tempo mínimo de conclusão, recursos didáticos, habilitações e campo de trabalho de cada um dos 53 cursos oferecidos, além de um perfil das 21 Unidades, abrangendo desde as atividades acadêmico-científicas e culturais desenvolvidas até o número de livros, laboratórios e equipamentos disponíveis. "Além disso, reforça — o 'Guia' serve como estímulo ao ensino superior público e gratuito".

Os trinta mil exemplares desta tiragem vêm reforçar e ampliar o número de cidades abrangidas pela distribuição: desta vez, todas as escolas públicas e particulares do Estado receberam o "Guia do Vestibulando da UNESP".

PIAP viaja para os EUA

Por um período de 28 dias, o Grupo de Percussão do Instituto de Artes do Planalto — PIAP estará fazendo uma turnê pelos Estados Unidos. Seus onze integrantes — o regente John Boudler, o professor Carlos Stasi e os alunos Alfredo Lima, Catarina Domenici, Claudia Sgarbi, Eduardo Gianesella, Fernando Iazzetta, Luiz Roberto Sampaio, Ricardo Righini, Richard Fraser e Sérgio Gomes — embarcam no dia 10 de outubro para uma verdadeira maratona de apresentações: serão onze concertos em várias universidades e instituições musicais americanas, o que resultará em 5 mil quilômetros rodados em um furgão alugado.

O programa, organizado pelo professor John Boudler, será o mesmo para todos os concertos e terá somente músicas brasileiras: "33 Samra Zabobra", de Carlos Stasi; "Ritmos", de Miguel Coelho; a suite "O Poço e o Pêndulo", de Mário Ficarelli (uma poesia de Edgar Alan Poe, que será narrada por Alfredo Lima); "Música para Caçarolas", de Hermeto Pascoal; "Variações Ritmicas", de Marlos Nobre; "Codex Troano", de Roberto Victório e um arranjo musical que inclui berimbaus e samba.

Primeiramente, o PIAP passará por Rochester, apresentando-se na Eastman School of Music e em Buffalo, na Universidade Estadual, onde o professor John Boudler se graduou; ambas cidades do Estado de New York. Em Detroit, Michigan, na Wayne State University, e nas cidades de Oberlin e Akron, Estado de Ohio, respectivamente, no Conservatório de Música e na Universidade Estadual. Depois irão às Universidades de Urbana (Estadual) e Macomb (Regional), em Illinois.

Um dos pontos altos desse itinerário musical será em St. Louis, Missouri, no Adam's Mark Hotel, onde o PIAP participará da Convenção Internacional de Percussionistas. Neste evento, o Grupo encontrará com mais de 3 mil percussionistas do mundo inteiro, em cinco dias de atividades. De lá, prosseguem para o Conservatório de Música de Brooklyn, New York, e realizam ainda mais dois concertos, em Buffalo e na cidade de New York, junto ao SEM Ensemble, dirigido por Peter Kotik.

Na cidade de Niagara Falls, New York, John Boudler levará o Grupo para visitar uma fábrica de percussão e, em seguida, como espectadores, irão ao concerto da Chicago Symphony Orchestra, regida por Pierre Boulez e ao ensaio da New York Phillarmonic Orchestra.

O orçamento da viagem foi de US$ 25.000,00 e contou com patrocínios nos EUA (incluindo cachês), da Reitoria, General Motors do Brasil, Prêmio Eldorado (bolsa da Secretaria de Estado da Cultu- ações anônimas e Fundação Vitae.

O Grupo retorna ao Brasil no dia 8 e, já tem uma apresentação marcada para o dia seguinte, às 21 horas, no Teatro Cultura Artística, em São Paulo. No dia 14 de novembro o PIAP vai a Rio Claro, onde se apresenta no campus local.

FCA reativa máquina e ganha prédio novo

A Faculdade de Ciências Agronômicas, Campus Botucatu, recuperou e reativou quatro máquinas, com mais de 40 anos de fabricação, para a Unidade de Produção de Raspas de Mandioca, que produzirá ração animal, farinha para panificação, e ainda extrairá óleo vegetal, por prensagem, da mamona, amendoim, soja etc. A restauração desses equipamentos foi feita por professores e funcionários do campus, através de um projeto do ECO-Museu da Fazenda Lageado.

PRÉDIO NOVO

Foi inaugurado em setembro um novo prédio, com 55 m2, onde foi instalado um laboratório de pesquisa para se estudar as virose que atacam as plantações de alho. O prédio foi construído através de um convênio entre o Departamento de Defesa Fitossanitária da Faculdade de Ciências Agronômicas, a FEPAF — Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais e a Planesul — Planejamento e Consulte-

Alunos participam de campanha

A "Campanha dos Bons Dentes", desenvolvida pela Faculdade de Odontologia de Araçatuba, atendeu, no primeiro semestre deste ano, cerca de 5 mil escolares, através de 58 palestras em 10 estabelecimentos de 1º e 2º graus da rede oficial de ensino. O objetivo da campanha é implantar o hábito entre os escolares de cuidar da saúde bucal, o que é feito através de um programa audio-visual, palestras e demonstrações práticas nos pátios das escolas.

Há muitos anos que a FOA vem realizando a "Campanha dos Bons Dentes" no município de Araçatuba. De dois anos para cá, passou a atender as cidades de Guararapes, Valparalso, Bento de Abreu e Rubiácea. Os docentes do Departamento de Odontologia Preventiva e Sanitária orientam e acompanham os alunos do quarto ano de Odontologia nas escolas para a execução da campanha.

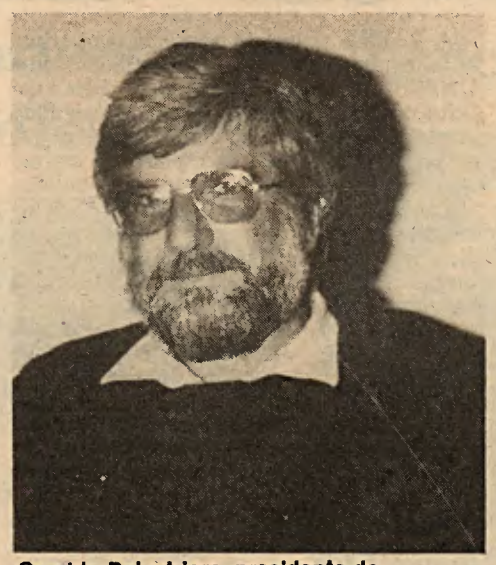
Adunesp faz primeiro congresso

Será realizado entre os dias 29 deste mês e 1º de novembro o 1º Congresso de Docentes da UNESP, promovido pela Adunesp e tendo como local as dependências do IBILCE, em São José do Rio Preto. Participarão, com direito a voz e voto, a diretoria da Adunesp central, os presidentes das ADs locais e quatro delegados por Unidade Universitária.

O presidente da Adunesp, Geraldo Élvio Balestriero, comentou que a entidade "tem participado da vida da Universidade mas respondendo a estímulos externos. A proposta — enfatizou — é que a Associação comece a formular sua própria política ao invés de ficar correndo atrás dos fatos".

O congresso vai ser aberto na noite de 29 de outubro, com o credenciamento dos delegados seguido da plenária de abertura e instalação do encontro. Na manhã do dia 30 serão debatidos temas relacionados aos Recursos Humanos na Universidade, o que incluirá questões salariais e o estatuto dos docentes da UNESP. No período da tarde, a discussão ficará em torno da organização da própria Adunesp — como suas relações com as outras ADs paulistas, Conselho de Reitores, funcionalismo estadual etc. À noite, a pauta prevê o enfoque de problemas específicos das áreas de Humanas, Exatas e Biológicas.

Na manhã e tarde do dia 31, os participantes discutirão a Democracia da UNESP (mecanismos de eleições, constituição de colegiados, avaliação da universidade, núcleos regionais etc). No dia do encerramento — 1º de novembro — as propostas extraídas das comissões e dos grupos serão encaminhadas para a reunião plenária final. A partir daí, segundo Geraldo Balestriero, deverá ser elaborado um documento contendo os rumos a serem tomados pela Adunesp.



Geraldo Balestriero, presidente da ADUNESP

O objetivo do presidente da Adunesp é realizar o segundo congresso em junho do ano que vem, oportunidade em que tomaria posse a nova diretoria da entidade. A proposta do professor Geraldo é que nesse encontro sejam discutidas questões mais amplas dentro da relação docentes/universidade.

Docentes em atividades

• Foi realizado de 14 a 17 de setembro na Universidade de Brasília (UnB) o "V Encontro Nacional de Pró-Reitores de Graduação". Como presidente da Câmara Central de Graduação da UNESP, o professor **Antonio Cesar Perri de Carvalho,** da FO-Araçatuba, esteve presente no evento, que teve a participação de sessenta representantes de diversas Universidades. Os temas básicos nesse V Encontro foram "avaliação" e "autonomia", e a programação foi desenvolvida em forma de conferências, painéis e grupos.

• Recentemente, foi contratado como professor colaborador junto ao departamento de Álgebra, Cálculo e Geometria do IBILCE-São José do Rio Preto, o docente **Wellington Santiago da Rocha**, da UnB. Por um período de seis meses, o professor, que atua na área de Equaç ferenciais Parciais, mais especificamer Sistemas Hiperbólicos com Simetria, integrará o Grupo de Estudos e Seminários de Análise que são desenvolvidos semanalmente.

• Também do departamento de Álgebra, Cálculo e Geometria do IBILCE, o professor **Julio Cesar Canille Martins** retornou, no mês passado, do Institut de Recherche Mathematique Avancée da Université Louis Pasteurs, em Strasbourg, França. "Campos de Vetores Holomorfos com um grau de ressonância", foi a pesquisa que o professor concluiu nessa Instituição; e proferiu ainda palestras sobre esse trabalho em seminários no Institut de Haute Etudes Scientifiques, de Paris, e no Laboratório de Topologia da Université de Dujon.

• Participaram do VIII Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina (ALFAL), em San Miguel de Tucumán, Argentina, de 7 a 11 de setembro, três professores do ILHP — campus de Assis. **Balbina Lorenzo F. Hoyos,** do departamento de Letras Modernas, apresentou o trabalho "Las estructuras verbales según la Teoria de las Valencias", **Clélia C. Spinardi Jubran** e **Rafael E. Hoyos,** ambos do departamento de Linguística, apresentaram, respectivamente, os trabalhos "A plurissignificação em mensagem publicitária" e "Funcionalismo y Linguistica Textual".

• Panorama da Arte Brasileira: Arte sobre papel. É a exposição que o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) estará mostrando a partir de 3 de outubro, e para a qual o professor **Percival Tirapeli,** do departamento de Expressão e Comunicação, do IAP-São Paulo, foi convidado. A obra que será exposta, litografias e xerografias, é resultado de sua pesquisa sobre as primeiras imagens publicadas na Europa sobre o Brasil, unindo o antigo e o contemporâneo. No mês passado, o professor participou também, a convite do CNPq, do Festival Latino Americano de Arte e Cultura, em Brasília, expondo três heliografias; e, de 20 a 25 de setembro, no MAC-USP, com sua série "Anima-is".

• Faz parte do Conselho Técnico da Associação Brasileira de Produtores de Pinto de Corte o professor **Ariel Antonio Mendes,** do departamento de Produção e Exploração Animal da FMVZ-Botucatu, e não o professor Alcides de Amorim Ramos, como foi noticiado na edição passada do Jornal da UNESP.

Ivaldo Melito — 1949-1987

Faleceu na noite de 26 de setembro o professor Ivaldo Melito, 38 anos, do departamento de Morfologia e Fisiologia Animal da FCAV. Ao se dirigir de motocicleta de sua casa para a Faculdade, onde daria plantão no hospital veterinário, ele foi atingido por um carro e não suportou os ferimentos. Ivaldo Melito, que era membro do Conselho Universitário na condição de representante dos professores adjuntos e membro da Câmara de Extensão de Serviços à Comunidade, foi sepultado na tarde do dia 27, no cemitério Gethsemani, em São Paulo.

Teses e dissertações

DOCENTES

• **Lniz Antonio Sampaio** (FO-Araraquara) "Verificação das alterações gengivais dos dentes submetidos a trabalhos protéticos fixos, em clientes da clínica integrada da Fo-Araraquara". **Resumo:** Foram avaliadas as condições gengivais em 25 clientes que receberam 37 próteses fixas. Todos receberam tratamento periodontal antes do início da construção das próteses e foram orientados quanto aos cuidados de higiene bucal e durante todo o período de tratamento foi realizado rigoroso controle. **Banca:** Fábio de Angelis Porto, Benedicto Egbert Corrêa de Toledo, Roberto Luiz Tagliavini, Luiz Alberto Milanezi e Antonio Wilson Sallum. **Livre-Docência,** dia 27 de agosto, na FO-Araraquara.

• **Ary José Dias Mendes** (FO-Araraquara) "Contribuição ao estudo de um indicador do Estado de Saúde Bucal, fundamentado em alguns agravos pertinentes ao periodonto e à coroa do dente". **Resumo:** Realizou-se um estudo para caracterizar um indicador de avaliação do grau de saúde bucal a partir de informações sobre alguns agravos que ocorrem no periodonto e na coroa do dente. **Banca:** Valdemar Vertuan, Benedicto Egbert Corrêa de Toledo, Nemre Adas Saliba, Rubens Alves da Cunha e Orlando Saliba. **Livre-Docência,** dia 31 de agosto, na FO-Araraquara.

• **Carlos Roberto Sobreira Beatrice** (IQ-Araraquara) "Energia de ligação entre vacância e átomos soluto em soluções sólidas diluídas de Al-Mg". **Resumo:** Por meio de medidas de resistividade elétrica entre 400 a 900 k do Al puro (99,999%) e soluções sólidas diluídas das ligas de Al-Mg com composições de 0,49; 0,72; 0,85; e 0,96 em porcentagem em peso de Mg, obteve-se dados para se determinar a energia de formação de vacância, as energias de ligação entre uma vacância e átomos soluto para os complexos V-Mg-Mg, e a 855 k as porcentagens relativas desses complexos e vacâncias livres. **Banca:** Waldir Gárlipp, Mário Cilense, Samuel Irati Novaes Gomes, Aldo Tancredo e Eikite Tengnon. **Doutorado,** dia 01 de setembro, na USP/São Carlos.

• **Antonio Tallarico Vicente Adorno** (IQ-Araraquara) "Diagrama de equilíbrio da liga Cu-Al-Ag". **Resumo:** Foram estudadas as fases existentes na liga Cu-Al-Ag, na região rica em cobre, através da análise por difração de raios-X, análise térmica diferencial, metalografia e microssonda de elétrons, obtendo-se um esquema do comportamento dessas fases com a temperatura. **Banca:** Waldir Gárlipp, Rubens L. Pereira, Cirano R. Leite, Isa M. Spinelli e Antenor R. Paraguassu. **Doutorado,** dia 4 de setembro, na EESC/USP.

• **Mauro Carlos Romanatto** (ILCSE-Araraquara) "A noção de número natural em livros didáticos de Matemática: comparação entre textos tradicionais e modernos". **Resumo:** Trata-se de uma crítica aos problemas que apareceram com o movimento modernista no processo ensino-aprendizagem na disciplina de Matemática. O estudo procura recuperar a função do livro didático como elemento de apoio e não substituto do professor. **Banca:** Fermino Fernandes Sisto, Alda Junqueira Marin e Carlos Alberto Andreucci. **Mestrado,** dia 21 de setembro, na UFSCar.

Homero Marques Gomes (IPEA-Presidente Prudente) "Estudos sobre a oxidação de L — alfa — Hidroxiglutarato por preparações de cérebro bovino". **Resumo:** Preparações de córtex cerebral bovino tem capacidade de oxidar L-alfa — cetoglutarato. Esta atividade catalítica parece estar firmemente ligada ao material precipitável por centrifugação, não sendo solubilizada neste trabalho. Estudou-se os parâmetros envolvidos nesta reação, bem como algumas propriedades da enzima em preparações brutas de córtex cerebral. **Banca:** Rubens Molinari, Alcides Servedello e Joaquim Coutinho Neto. **Mestrado,** dia 21 de setembro, na FM/USP.

• **Sâmia Maria Tauk** (IB-Rio Claro) "Efeito de doses cumulativas de vinhaça em algumas propriedades do solo sob cerrado e do solo de culturas de milho e cana-deaçúcar nos municípios de Corumbatal e de Rio Claro, SP". **Resumo:** Para se estudar o efeito de doses cumulativas de vinhaça no solo, foram escolhidas três áreas: cultura de cana, milho e cerrado. Estas apresentaram Latossolo Vermelho-Amarelo, fase arenosa e as amostras do mesmo foram coletadas até 15 cm de profundidade, sempre no período das 9:00 às 9:30 horas. **Banca:** Ademar Purchio, Ely Nahas, José Santo Goldoni, João Lúcio de Azevedo e Marney Pascoli Cereda. **Livre-Docência,** dia 30 de setembro, no IB.

ALUNOS

• **Ivanoska de Lucena Galvão** (IGCE-Rio Claro) "Algumas contribuições ao problema de Dedekind". **Resumo:** O trabalho é uma contribuição a fim de dar uma geração construtiva para o reticulado livre, no problema de Dedekind, o que não apareceu em toda a bibliografia publicada". **Banca:** Eurides Alves de Olivera, Mario Tourasse Teixeira e Antonio Paques. **Mestrado,** dia 28 de agosto, no IGCE.

• **Wilson Press Westphal** (IQ-Araraquara) "Complexos de Manganês (II) com fosfinóxidos contendo radicais alifáticos". **Resumo:** O trabalho descreve as sínteses e algumas características de complexos sólidos de tchpo, tbupo e topo com sais de cloreto, brometo, triocinato, nitrato e perelorato de Mn (II). **Banca:** Antonio Carlos Massabni, Yoshitaka Gushiken e Nelson Ramos Stradiotto. **Mestrado,** dia 31 de agosto, no IQ.

• **Roberto Santana da Silva** (IQ-Araraquara) "Síntese e propriedades de Tetrafluoroboratos de trans-cloro (N-heterocíclico) 1, 4, 8, 11 — tetraazaciclotetra decanorutênio (II), trans — [RuCl (cyclam) L] (BF_4)". **Resumo:** Complexos trans — [Rucl (cycalm) L] (BF_4), em L é ligante derivado piridínico (4 — picolina, piridina, isonicotinamida e 4 — acetilperidina) foram sintetizados e suas propriedades espectroscópicas e voltamétricas alternadas. **Mestrado,** dia 3 de setembro, no IQ.

• **Rita de Cássia Cirillo** (ILCSE-Araraquara) "As catalinárias: Estudo sêmio-lingüístico". **Resumo:** Aplicação da teoria semiótica nas Catalinárias, de Cícero, procurando-se mostrar diferenças entre o enfoque histórico e o textual. **Banca:** Diana Luz Pessoa de Barros, José Perozin e Alceu Dias Lima. **Mestrado,** dia 4 de setembro, no ILCSE.

• **Sandra Lucia Ferreira Abdalla** (IGCE-Rio Claro) "O Meio Ambiente e a Estruturação de Bacias Hidrográficas", **Resumo:** Partindo-se de estudos já realizados, buscou-se utilizar os dados morfométricos obtidos como instrumento interpretativo dos processos morfo-genéticos, surgindo a necessidade de realizar-se o presente estudo **Banca:** Margarida Maria Penteado Orellana, Antonio Christofoletti e Augusto Humberto Vairo Titarelli. **Mestrado,**dia 15 de setembro, no IGCE.

• **Dionísio Burak** (IGCE-Rio Claro) "Modelagem matemática: uma metodologia alternativa para o ensino de matemática na 5ª série". **Resumo:** Embora restrito à 5ª série, este trabalho procura extrapolar a filosofia eo método da modelagem para outras séries e também outros níveis de ensino". **Banca:** Rodney Carlos Bassanezi, Lucila Maciel dos Santos e Lafaiete de Morais. **Mestrado,** dia 15 de setembro, no IGCE.

• **Tiyoko Nair Hojo Rebouças** (FCA-Botucatu) "Efeitos de fontes e doses de enxofre na cultura do repolho". **Resumo:** O trabalho teve por objetivo verificar as diferentes fontes e doses de enxofre no desenvolvimento, nos teores e na produção do repolho. **Banca:** Júlio Nakagawa, Antonio Celso Wagner Zanin e Paulo Donato Castellane. **Mestrado,** dia 17 de setembro, na FCA.

• **Lniz Roberto Hernandes Bicudo** (IBBMA-Botucatu) "Mapeamento dos Cerrados (sensu lato) do Município de Botucatu-SP. Florística de Duas Áreas". **Resumo:** Para o trabalho usou-se a carta do Brasil, editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, no ano de 1969 e a cobertura aerofotogramétrica do município, elaborada pela Terrafoto S/A, no ano de 1977 . **Banca:** Ayrton Amaral Junior, José Figueiredo Pedras e Oswaldo Cesar. **Mestrado,** dia 18 de setembro, no IBBMA.

• **Masa Nomura** (ILCSE-Araraquara) "Comunicação Funcional e literatura. Presença do elemento cotidiano no texto literário". **Resumo:** Estudo das variantes comunicativas no contexto da comunicação da sociedade industrial contemporânea, marcada pela divisão do trabalho e pela conseqüente setorização da linguagem. Representação das variantes na literatura de ficção". **Banca:** Maria Helena de Moura Neves, Dante Tringali, Sidney Camargo, Fenrando Cazarini e Irene Teodora Aron. **Doutorado,** dia 25 de setembro, no ILCSE.

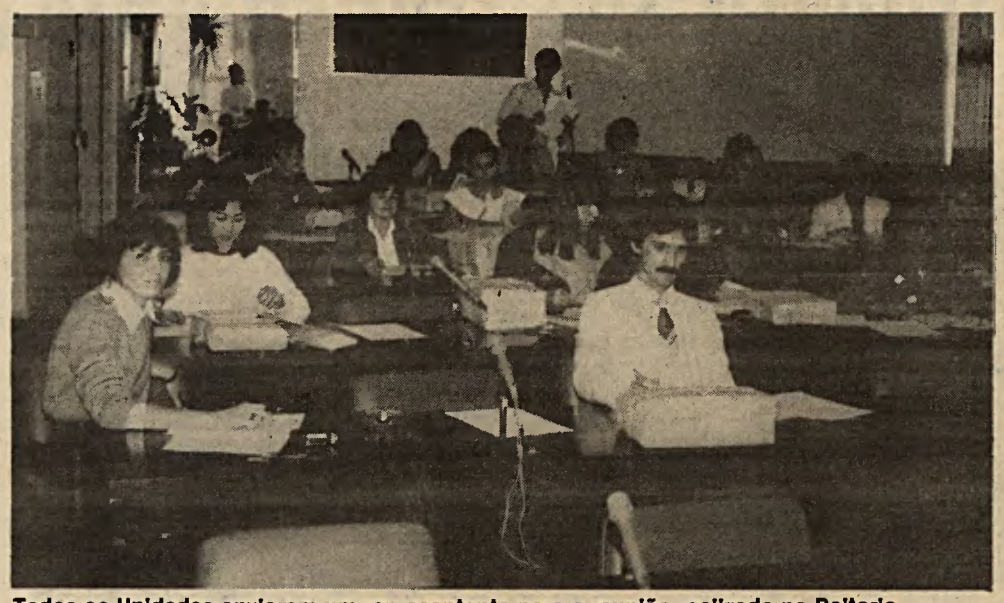
• **Maria Cecília de Faveri Leite de Ollvelra** (IB-Rio Claro) "Aspectos do metabolismo glicídio em Saccharomyces diastaticus". **Resumo:** A regulação da síntese e exportação de enzimas amilolíticas por uma linhagem geneticamente melhorada de Saccharomyces diastaticus e pelo mutante "petite" Sd6, dela derivado, bem como a localização da enzima antes da exportação, foram estudadas através da análise de atividade em fluidos de cultura, exportação de atividade a curto termo pela célula íntegra, permeabilização celular, em cultivos aeróbicos e anaeróbicos, tendo glicose ou amido solúvel como fonte de carbono e energia. **Banca:** Choiti Kiyan, Alcides Serzedello, Ana Clara Guerrini Schenberg, Marney Pascholi Cereda e Eli Nahas. **Doutorado,** dia 30 de setembro, no IB.

Unesp faz levantamento sobre pesquisas

A quantas anda a produção científica na UNESP? É com o objetivo de responder a essa questão que começou a ser feito um levantamento sobre as pesquisas realizadas e respectivos pesquisadores da Universidade. Trata-se de um programa que está sendo desenvolvido pela própria UNESP, através de monitores designados em cada Unidade, com o apoio e coordenação da Secretaria Geral e do Centro de Computação e Informática.

A iniciativa de se fazer esse levantamento internamente partiu da necessidade de informações precisas sobre a produção científica da Universidade. Em reunião realizada com os monitores, no dia 23 de setembro, para apresentação do projeto e orientação quanto aos procedimentos, o vice-reitor Paulo Milton Barbosa Landim explicou a importância de se conhecer a produção científica da UNESP: "Existe muito interesse pela questão da avaliação do ensino superior, e um dos parâmetros considerados para essa avaliação é a própria produção científica da Universidade".

Foi com essa preocupação que a UNESP firmou, em fevereiro deste ano, um convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado com o objetivo de viabilizar o intercâmbio sistemático de informações sobre projetos e recursos humanos em atividades de ciência e tecnologia. Até então, o levantamento desses dados era feito pelo CNPq junto a todas universidades O último, entretanto, foi há cerca de dois anos, sendo que nem todos docentes responderam. Além disso, a Universidade só pôde dispor de seus dados posteriormente à conclusão do levantamento em nível nacional.



Todes es Unidedes enviarem um representente para a reunião realizada na Reitoria

A grande vantagem do levantamento ser feito pela própria UNESP é que, antes mesmo de enviar os dados ao CNPq, em Brasília, "a Universidade já poderá utilizá-los, repassando-os de imediato a outros órgãos, como a Fundunesp e a CPRT", explica o vice-reitor. "Além disso — acrescenta o professor Landim — será possível um maior controle quanto à precisão das informações e à cobertura de todos pesquisadores e pesquisas da UNESP".

O PROJETO

O projeto, intitulado "Pesquisa e Pesquisadores da UNESP", que conta com o apoio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, visa preparar, em nível central, 22 monitores — um por Unidade Universitária — que serão responsáveis pelo treinamento de 160 secretários de departamento que farão o preenchimento dos formulários junto aos docentes.

A reunião do dia 23 de setembro foi justamente com essa finalidade. Os monitores indicados receberam todo o material de coleta e orientação quanto ao preenchimento dos dois tipos de formulários utilizados. O primeiro — "Cadastro de Recursos Humanos" — será completado com informações sobre os pesquisadores, desde identificação, atuação profissional, áreas de estudo, formação acadêmica, produção científica até endereço. O segundo — "Cadastro de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento" — refere-se especificamente às pesquisas desenvolvidas na Universidade e abrange dados como título do trabalho, identificação, caracterização, entidades atuantes, objetivos, metodologia utilizada, resultados finais ou parciais, equipe de pesquisadores envolvida, disseminação gerada pelo projeto (artigos, congressos etc.), além de um item sobre quais dessas informações não é permitida, a divulgação.

INFORMATIZAÇÃO

Essas planilhas, devidamente preenchidas, deverão ser devolvidas para a Secretaria Geral até o dia 23 deste mês. Após a codificação, serão enviadas à Prodesp para digitação e consolidação dos dados. Esse arquivo da UNESP será centralizado no Centro de Computação e Informática, na reitoria, para ser repassado tanto internamente para a Fundação e CPRT, como externamente, para a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Esta, por sua vez, reunirá os dados da UNESP com os da USP e UNICAMP — que também estão procedendo ao levantamento — consolidando o acervo do Estado de São Paulo. A previsão é de que até o final de novembro o cadastro do Estado esteja pronto para remessa ao CNPq, que reunirá os dados sobre as pesquisas e pesquisadores em nível nacional.

OUTROS LEVANTAMENTOS

Paralelamente a esse levantamento de pesquisas e pesquisadores da UNESP, a Secretaria Geral está procedendo ao levantamento de teses e dissertações defendidas no período de 1983 a 87 pelos alunos dos cursos de pós-graduação da UNESP.

Além disso, A FUNDUNESP, através de sua Diretoria de Publicações, deverá publicar ainda neste ano um boletim que reúne toda a produção científica dos docentes da Universidade durante o ano de 86, como livros editados, artigos, comunicações em congressos, anais etc.

IGCE assina convênios internacionais

Com o objetivo de incentivar a realização de atividades técnico-científicas, assim como o desenvolvimento de estágios, projetos de pesquisa, assessoramento e o aperfeiçoamento em recursos na área de Geografia, o IGCE — campus de Rio Claro, firmou, recentemente, dois convênios com Instituições Latino-Americanas.

Um dos convênios foi com a Universidad de La Republica, do Uruguai, especificamente com o Departamento de Geografia da Faculdade de Humanidades y Ciências, para elaboração recíproca de planos científicos no campo do Planejamento Regional. E, com o Centro Panamericano de Estudos e Investigaciones Geograficas — CEPEIGE, de Quito, Equador. Com este Centro estará envolvido, principalmente, o curso de pós-grduação em Geografia do Instituto.

As negociações para se travar esses convênios tiveram início quando o IGCE promoveu este ano, em Águas de São Pedro, o 1º Encontro de Geogradia da América Latina.

Para o diretor do IGCE, professor Antonio Christofoletti, "esses convênios irão facilitar o deslocamento de docentes para a realização de cursos, e evitar os problemas burocráticos que dificultam a ida dos interessados de uma Instituição para outra".

OUTROS

Foram também firmados com a Universidade os seguintes convênios:

— Com a Polipropileno S.A., para capacitação tecnológica da indústria petroquímica nacional na pesquisa de uma nova geração de catalisadores homogêneos e matéria-prima básica na produção de polipropilenos; com a Mineração Oriente Novo (SP), para desenvolverem projetos de pesquisa em síntese de organometálicos de estanho; e com a COPENE — Companhia Petroquímica do Nordeste. Serão concedidas pelas duas primeiras empresas, duas bolsas de estudos à alunos e, por parte da última, três bolsas. (IQ-Araraquara).

— Com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, USP e UNICAMP, para desenvolverem projetos específicos ligados à agropecuária, agro-indústria, recursos naturais e abastecimento de gêneros alimentícios, bem como aqueles relacionados ao sistema cooperativista, à sócio-economia rural e ao aperfeiçoamento técnico-profissional.

— Com a Secretaria de Estado da Saúde, objetivando a execução do Programa de Prevenção e Controle do Câncer Ginecológico e da mama, no Município de Botucatu. (FM-Botucatu).

— Com a Secretaria da Agricultura, para a realização das atividades e projetos do Plano Operativo — 87 ligado ao Programa Nacional de Irrigação (FCA-Botucatu).

— Com a Companhia Energética de São Paulo — CESP, para um amplo intercâmbio de programas de pesquisa e outros empreendimentos de interesse recíproco.

— Com a Secretaria de Estado da Educação e a Terrafoto S.A. Atividades de Aerolevantamentos, tendo em vista melhorar as condições de funcionamento do curso de Engenharia Cartográfica do IPEA-Presidente Prudente.

— Com a CAPES-MEC, objetivando a concessão de treze bolsas de estudos a alunos de graduação, dentro do Programa Especial de Treinamento — PET. Este programa visa propiciar condições favoráveis para o desenvolvimento e desempenho de atividades acadêmicas, tais como seminários, congressos, pesquisas, estudos dirigidos etc. O valor total do recurso é de Cz$ 92.690,00. (IB-Rio Claro). E, para os Recursos de pós-graduação, dentro do Programas de Apoio a Manutenção da Infra-Estrutura foram concedidos pela CAPES Cz$ 2.975.062,00, e para o Programa de Consolidação, Cz$ 337.078,00.

Pedidos de recursos à CAC até novembro

O prazo para o encaminhamento dos pedidos de recursos à CAC — Comissão de Atividades Culturais, para os eventos programados para o primeiro semestre do próximo ano é de 30 de novembro. O formulário é o mesmo modelo utilizado em 87. Além do prazo, a comissão definiu também as prioridades e os critérios.

A CAC se propõe a examinar e apoiar atividades amplas e eventos multidisciplinares, além das programações tradicionais: semanas de estudos, jornadas, simpósios etc. A comissão esclarece que a clareza no preenchimento do formulário favorece o trabalho de análise dentro do prazo. A presença de expressões como "pessoas a convidar" ou "atividades a definir", ressalta a presidenta da comissão, Lúcia Lodi, poderão prejudicar o andamento do projeto.

No caso das despesas com impressos, cartazes, pastas e serviço de copa, a CAC não se compromete em reembolsá-las. Já para as diárias e pro-labore para convidados a comissão sugere que se observem os valores das tabelas das unidades. E, por fim, os gastos com material de consumo somente serão estudados quando não fizer parte dos estoques usualmente existentes nos almoxarifados das unidades. A CAC também não contempla programas relacionados com os cursos de pós-graduação — que contam com outras fontes de recursos.

Prorrogado prazo para entrega das fotos

A Comissão de Atividades Culturais (CAC) decidiu prorrogar até o dia 9 de novembro o encaminhamento des fotos para o concurso "Fotografe a UNESP" — cujos prêmios vão desde máquinas fotográfices até um cruzeiro meritimo no próximo verão. As fotos devem ser remetides — via malote — com e fiche de inscrição preenchide, pare a sede da Comissão: Praça da Sé, 108, sobreloja. As fichas podem ser retiradas nas próprias unidades. A decisão de se estender o prazo para a inscrição se deve ao fato de que muitos interessados ainda não enviaram sues fotos no período estipulado. A comissão informa que esse é o último prazo.

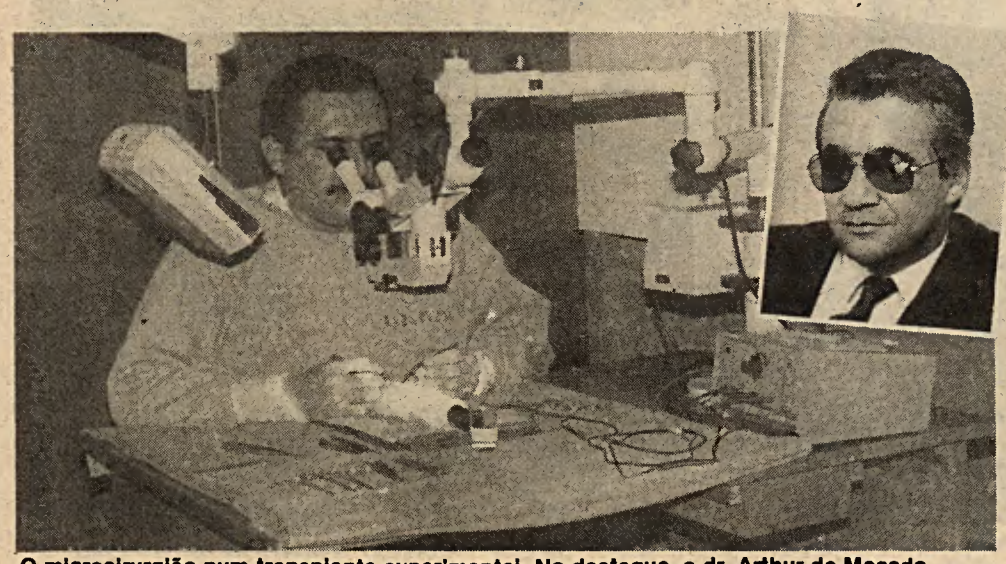
FM de Botucatu faz transplante pioneiro

Uma equipe de docentes da Faculdade de Medicina, campus de Botucatu da UNESP, está desenvolvendo uma pesquisa pioneira no Brasil e também na América Latina: o transplante do pâncreas, que poderá ser aplicado, a médio prazo, na prática clínica no país para curar pessoas que sofrem de diabetes. Faz cerca de quatro anos que essa equipe, coordenada pelo professor e também vice-diretor da Faculdade, Arthur Roquete de Macedo, vem desenvolvendo a pesquisa em ratos e obtendo resultados muito satisfatórios. A técnica utilizada para o transplante é a da microcirurgia (*veja o box*).

Logo depois de retornar dos Estados Unidos, onde se especializou durante dois anos no San Diego Medical Center da Universidade da Califórnia com o professor Marshal Orloff, o professor Arthur Macedo começou a formar a equipe que conta hoje com seis integrantes: os médicos Cesar T. Spadella, Célia S. Macedo e Luiz Carlos Breim e as biólogas Maria Cecília S. Mercadante e Sônia M. Capelleti. Conta ainda com o apoio dos departamentos de Cirurgia e Ortopedia e de Anatomia Patológica, além do Laboratório de Análises Clínicas.

A pesquisa é feita em dois tipos de ratos: os isogênicos e os alogênicos. Os isogênicos são aqueles com afinidade genética e, devido a histocompatibilidade, não rejeitam o órgão transplantado. Já os alogênicos não têm afinidade genética e, portanto, rejeitam o novo órgão se não tomarem drogas imunossupressoras.

O processo começa com a provocação artificial do diabetes, através da injeção de alloxana no animal. Depois, os pesquisadores transplantam o pâncreas de um rato são para um com diabetes experimental. Se os dois ratos em questão forem isogênicos, torna possível o estudo da fisiopatologia do transplante sem uso de drogas imunossupressoras. Se forem alogênicos, é utilizado o mesmo processo de transplante, só que com a aplicação de imunossupressoras a base de ciclosporina A, droga que tem o efeito de diminuir os riscos de rejeição nos casos de ratos sem afinidade genética.



O microcirurgião num transplante experimental. No destaque, o dr. Arthur de Macedo.

"Depois do transplante — explica o professor Arthur — os ratos ficam em observação no biotério. A equipe faz o acompanhamento, através de exames bioquímicos, para comprovar o controle do diabetes".

Desde o início da pesquisa, foram realizados transplantes em mais de duzentos ratos. E os resultados têm sido excelentes. No caso dos isogênicos, excluindo as mortes determinadas pelos mais variados motivos no período pós-operatório imediato, o sucesso é total: 100% dos ratos que sobreviveram não estavam mais com diabetes. Já entre os alogênicos permanece o problema da rejeição ao novo órgão, causa, entre outras, de uma taxa de mortalidade em torno de 30%, após o pós-operatório imediato. O emprego da ciclosporina em doses adequadas evita a rejeição, embora haja um índice maior de complicações infecciosas.

O professor Arthur Macedo explicou também que as pesquisas são realizadas em ratos pela facilidade de manuseio e acompanhamento, além de proporcionar o emprego de animais isogênicos.

AVANÇO

Após as pesquisas em ratos, previstas para serem concluídas dentro de seis meses, será executada a segunda etapa, que inclui transplante em animais de maior porte, como cães, porcos etc. Depois disso, como explicou o professor Arthur Macedo, o trabalho será concentrado na criação da infraestrutura necessária para que o transplante do pâncreas possa ser feito em pessoas. "Não sabemos quanto tempo vai demorar para chegar a esse ponto, inclusive porque teremos de superar dois aspectos importantes: o do doador e do imunossupressor. Quer dizer, conseguir o doador e chegar aos métodos adequados para superar os riscos da rejeição".

Para o problema da rejeição, a equipe do professor Arthur Macedo deverá aproveitar a experiência adquirida pelo grupo de transplante renal, formado por docentes dos departamentos de Urologia e de Clínica Médica e que já iniciaram o transplante de rins em Botucatu.

Quanto a doação de órgãos, apesar de haver algumas restrições na legislação brasileira, Arthur Macedo acredita que não encontrará muitas dificuldades. Até mesmo porque, no caso do pâncreas, há uma situação interessante, revelada pelo professor: uma pessoa pode doar metade de seu pâncreas e tanto o doador como o receptor não terão problemas endócrinos. No caso do receptor, em pouco tempo o transplante corrigirá o estado diabético.

A importância da microcirurgia

Para que a Faculdade de Medicina de Botucatu se tornasse pioneira no transplante de pâncreas em ratos na América Latina foi preciso, antes, a formação de profissionais aptos a trabalhar com a microcirurgia, uma técnica bastante refinada que permite a atuação precisa do cirurgião sobre estruturas orgânicas extremamente delicadas — como vasos, nervos, tendões etc.

Os procedimentos cirúrgicos são realizados com o auxílio de lupas e microscópios que permitem o aumento de até 30 vezes. A sua aplicação na prática clínica é cada vez maior e tem contribuído para o progresso da cirurgia em várias áreas como a cirurgia restauradora no politraumatisado (reimplantação de membros), cirurgia plástica, cirurgia da infertilidade, transplante etc. Antes de se iniciar na prática, é indispensável ao cirurgião treinamento intensivo em laboratórios experimentais.

Com o objetivo de fornecer esse treinamento e desenvolver sua aplicação (que é ilimitada) dentro da experimentação biomédica, o professor Arthur Roquete de Macedo implantou, em 1982, no departamento de Cirugia da Faculdade de Medicina, um laboratório de microcirurgia experimental. A equipe formada — que conta com a participação da bióloga Maria Cecília Salgado Mercadante, dos médicos Luiz Roberto de Oliveira, Salustiano Pinto, Joacylio Moreira, Fausto Viterbo e Maria Madalena Silva e dos técnicos Irene Spago e Ana Maria Meluso, vem oferecendo treinamento básico em microcirurgia e desenvolvendo pesquisas com o emprego da técnica no transplante de órgãos e anastomoses porto-sistêmicas em animais de pequeno porte.

No Exterior, pesquisas apontam a cura dos diabéticos

O primeiro transplante do pâncreas foi realizado em 1920, nos Estados Unidos. Mas foi só a partir da década de 50 que as pesquisas em cães, macacos e porcos passaram a ser feitas em maior número e com resultados mais prolongados no controle da hiperglicemia.

No entanto, o transplante pioneiro do pâncreas em humanos foi realizado em 1966, no estado de Minnesota, EUA. Mas os resultados foram desapontadores, pela falta de respaldo experimental, pois pouco se conhecia a respeito da fisiopatologia do enxerto pancreático.

Só em 1975 o professor Marshall Orloff mostrou que o transplante pancreático é adequado para o controle do diabetes do rato, durante um acompanhamento experimental de dois anos. Mais recentemente, ele descobriu também que o enxerto pancreático é capaz de prevenir e estabilizar as lesões nos rins, provocadas pelo diabetes. E outros pesquisadores chegaram a conclusão de que o transplante pode ainda reverter o processo de cegueira e das lesões do sistema nervoso, causados nos diabéticos porque o tratamento à base de insulina controla a hiperglicemia mas não impede o aparecimento dessas lesões crônicas.

De 1966 a 1981, foram realizados cerca de 180 transplantes (esse número atinge hoje a casa dos 500 nos Estados Unidos, Inglaterra e França). Dos 180 casos, apenas 23 sobreviveram até 1982 — 6 pacientes com mais de um ano e 17 com menos de um ano. Porém, dos pacientes transplantados antes de 1977, 52% faleceram de complicações relacionadas com o transplante. Enquanto que nos doentes operados após 77, a porcentagem de óbitos relacionados diretamente com o enxerto caiu para 25%.

Entre as causas mais importantes do insucesso podem ser citados problemas de ordem imunológica, técnica e quanto ao estágio evolutivo da doença. Apesar das inúmeras pesquisas no campo e dos resultados promissores obtidos com o emprego da ciclosporina-A, associada a doses pequenas de corticoides, a rejeição está longe de ser controlada totalmente.

Atualmente, os centros de maior experiência no campo — Minnesota, EUA, Lyon, na França, e Cambridge, na Inglaterra — são os responsáveis pela realização de mais da metade dos transplantes realizados no mundo. E eles prevêem que o transplante pancreático poderá ter para o tratamento do diabetes a mesma importância do transplante de rins no tratamento da insuficiência renal no seu estágio final.

CONSEQÜÊNCIAS DO DIABETES

Os sintomas do diabetes começam a surgir a partir de uma acentuada perda de peso, sede excessiva, aumento do volume urinário e deficiência na cicatrização de feridas. Através do exame de sangue, os médicos podem detectar a hiperglicemia (alta taxa de açúcar no sangue). E em exames da urina, aumento da concentração de açúcar na urina. Se a pessoa apresentar esse quadro, terá que, para o resto das vida, fazer o controle da hiperglicemia através de aplicações diárias de insulina.

O diabetes reduz em 1/3 a expectativa de vida das pessoas, é a principal causa da cegueira, e torna o portador 17 vezes mais propenso a problemas nos rins e duas vez mais sujeito às doenças cardíacas e vasculares que a população em geral.

Projeções da Comissão Nacional dos Estados Unidos para o Estudo do Diabetes mostram que a população americana diabética dobra a cada 15 anos e que a microangiopatia e a nefropatia concorrem em 50% dos óbitos devido à insuficiência renal.

No Brasil, o problema não é menor. No município de São Paulo a mortalidade por diabetes aumentou 13 vezes no período compreendido entre 1900 e 1978. O coeficiente de mortalidade por 100 mil habitantes foi, em 1975, de 19,4 por cento. Esse dado é surpreendentemente mais elevado do que o verificado nos Estados Unidos e países escandinavos, onde a incidência da doença é mais elevada.